

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 19

POLÍTICA REAL - NOTÍCIAS  
ANFIP

Em conversa com auditores fiscais, Ciro Gomes chama de "canalhas" governistas que aprovaram autonomia do Banco Central ..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Projeto facilita uso de dólares ..... 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Dívidas podem ser parceladas ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

A guerra do auxílio emergencial - VINICIUS TORRES FREIRE ..... 6

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo vai negociar dívidas feitas na pandemia ..... 7

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro fala em auxílio para marco ..... 8

O POPULAR - GO - VIDA URBANA  
SERVIDOR PÚBLICO

Apuração sobre fura-fila alcança ao menos 15 cidades ..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
CONGRESSO EM FOCO

PSB vai à PGR por gasto militar com picanha e cerveja ..... 12

CORREIO DA BAHIA - BA - MAIS  
CONGRESSO EM FOCO

Pazuello promete país todo vacinado em 2021 ..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Prorrogação do auxílio está pronta, diz Guedes ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não é só a vacina que leva alguém a ser presidente" ..... 17

A GAZETA - MT - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

2021 pode e deve ser melhor (2) ..... 20

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

CNI apresenta 25 propostas para acelerar o crescimento econômico ..... 21

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Descontrole da pandemia e segunda onda de Covid abalam confiança e derrubam previsões de recuperação ..... 23

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Bolsonaro e irritadinhos da Faria Lima. E o teorema para diminuir impostos**..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Empresas com dívida tributária devido à pandemia terão rodada de renegociação**..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Projeto sobre ICMS de combustíveis vai hoje ao Congresso, promete presidente**..... 29

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Câmara e governo negociam pacote para empresas de eventos**..... 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Tombo dos serviços trava retomada do PIB**..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
ECONOMIA

**Bolsonaro exalta presidentes da ditadura e regime 'um pouco diferente do que temos hoje'**  
..... 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Lei de autonomia prevê BC mais atento ao mercado de trabalho**..... 35

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO  
ECONOMIA

**2021, apertem os cintos (2)**..... 38

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

**Tormenta nacional e bonança subnacional (3)**..... 40

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Novo auxílio deve ter quatro parcelas de R\$ 250; contrapartidas virão em 2 PECs**..... 42

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS  
POLÍTICA

**Deputados articulam restrições à criação de normas eleitorais pelo TSE**..... 44

# Em conversa com auditores fiscais, **Ciro Gomes** chama de "canalhas" governistas que aprovaram autonomia do Banco Central

(Brasília-DF, 12/02/2021) Em conversa nesta quinta-feira, 11, com a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip)**, o ex-ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, **Ciro Gomes** (PDT), chamou de "canalhas" os mais de 339 deputados ligados ao governo do presidente **Jair Bolsonaro** (sem partido) que aprovaram nesta última quarta-feira, 10, a autonomia político-administrativa do Banco Central do Brasil (BCB).

O ex-governador cearense também estendeu o chamamento de "canalhas" aos diretores do órgão responsável pela regulação do sistema bancário, assim como os integrantes do atual governo federal. Segundo ele, a aprovação da autonomia do BCB só aconteceu por que houve "negociata" e "suborno". Candidato do PDT nas eleições de 2.018, da qual foi o terceiro colocado, **Ciro Gomes** também denunciou, ainda, que o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, está "destruindo a Caixa Econômica Federal" e preparando "a fusão entre o Banco do Brasil com o Bank of América" dos Estados Unidos da América (EUA), sem o conhecimento e a participação do Congresso Nacional.

"Estes canalhas do Banco Central, que permitiram que o Brasil concentrasse nas mãos de cinco bancos, e os canalhas que nos governam, com este canalha que agora assumiu a Câmara federal, com essa pressa que tem que entregar, tudo isso é suborno, senador Major Olímpio, ninguém faz isso de graça, não! Não em 24 horas aprovar uma coisa de transcendental gravidade para sorte do país. Deixa eu dizer a vocês o que eles estão fazendo", iniciou o político cearense se referindo ao senador do PSL que também participava da conversa com a **Anfip**.

"Estão destruindo a Caixa Econômica Federal, que é um dos cinco bancos, anunciando no estrangeiro a criação de um banco digital, com os ativos públicos, alguma coisa da poupança compulsória tipo do FGTS [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço] já para entregar a iniciativa privada estrangeira. Sabem o que estão fazendo? O sr. Paulo Guedes está negociando sem a autorização do Senado, do Congresso, está autorizando uma fusão que já está em andamento do Banco do Brasil com o Bank of América", continuou.

"Tudo negociata, senador major Olímpio. Ah! Eu com um mandato para eu não ficar calado diante de um país que está sendo destruído por esses vagabundos diante da omissão dos políticos brasileiros. Mas duas informações: venderam a BR Distribuidora para os bancos, que não entende nada de gasolina, venderam sub-faturada de forma escandalosa. O Banco do Brasil entregou para o BTG, que é de Guedes, R\$ 3 bilhões de ativos. Banco fundado por Dom João VI. Entregou para o BTG R\$ 3 bilhões sem licitação por R\$ 360 milhões. Eles agora venderam a primeira refinaria de petróleo do Brasil sem autorização do Congresso Nacional por R\$ 1,65 bilhão uma refinaria que vale R\$ 10 bilhões", denunciou.

"Não é possível! Não é possível a gente ficar preocupado com miudices e ficar calado, ou falando sozinho, como se fosse um destemperado, que é o que eles me acusam. Esse país não pode mais aguentar isso", finalizou.

(por Humberto Azevedo, especial para a Agência Política Real, com edição de Genésio Jr.)

**Site:** <http://www.politicareal.com.br/noticias/tempo-real/586134/em-conversa-com-auditores-fiscais-ciro-gomes-chama-de-canalhas-governistas-que-aprovaram-autonomia-do-banco-central>

# Projeto facilita uso de dólares

Há mais de um ano no Congresso, o novo marco legal de câmbio foi aprovado nesta semana pela Câmara dos Deputados e, agora, aguarda apenas a apreciação do Senado para seguir para sanção presidencial. Muitos brasileiros já estão questionando, portanto, quando poderão ter contas em dólar no país. Este, no entanto, não deve ser um benefício de curto prazo do projeto.

O marco legal foi apresentado pelo governo com o objetivo de simplificar e modernizar a legislação cambial, que hoje está espalhada em diversas normativas, muitas delas antigas, até de 1920. Por isso, além de reunir todas as regras cambiais em um único projeto de lei, traz inovações como a possibilidade de as fintechs e as corretoras de valores passarem a atuar no mercado de câmbio, que hoje é dominado pelos grandes bancos no país.

Ainda há medidas que visam facilitar o fluxo de moeda entre o Brasil e o resto do mundo. No entanto, especialistas dizem que esse processo não se inicia logo com as contas em dólar. É que, depois de sancionado o projeto, essa possibilidade ainda teria que ser regulamentada pelo Banco Central (BC), que, se considerasse a medida urgente, já poderia ter proposto a abertura de contas em dólar por pessoas físicas no Brasil ao Conselho Monetário Nacional (CMN). E o BC já disse, ao apresentar o projeto do novo marco cambial, que, se aprovada, essa questão será tratada de forma "gradual e prudente".

"O projeto abre essa possibilidade, que é interessante, já que, hoje, existem poucos instrumentos para se dolarizar no país. Mas uma coisa é regulamentar, outra é colocar em prática. Os bancos também demandariam um tempo para se preparar e avaliar que tipo de serviço oferecer", acrescentou o diretor de câmbio da FB Capital, Fernando Bergallo.

ViagensOutras medidas do projeto, no entanto, podem facilitar e baratear as operações de câmbio já no curto prazo, se o projeto for sancionado. Uma delas é a possibilidade de levar ou trazer até US\$ 10 mil - pouco mais de R\$ 50 mil na cotação atual - em viagens internacionais sem precisar declarar esse valor à **Receita Federal**, que hoje exige a declaração a partir de R\$ 10 mil. Outra novidade é a permissão de fazer negociações de até US\$ 500 entre pessoas físicas, sem precisar da intermediação de um banco ou do registro no BC. A entrada das fintechs no mercado de câmbio também pode ajudar nesse sentido, segundo o diretor executivo da NGO Associados, Sidnei Nehme.

"Ampliar a concorrência do setor é importante, pois isso pode dar agilidade e trazer inovações para o setor, além de permitir a formação de taxas melhores", explicou. (MB)

# Dívidas podem ser parceladas

Pessoas físicas e empresas que deixaram de pagar **tributos** federais por causa da pandemia da covid-19 poderão parcelar a dívida, a partir de 1º de março, com desconto na multa e nos juros. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicou portaria no Diário Oficial da União que recria as transações excepcionais., informa a Agência Brasil A medida integra um novo pacote de ações para o enfrentamento da crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus, como mostrou ontem o Correio. A renegociação abrange débitos tributários vencidos entre março e dezembro do ano passado, inclusive as dívidas relativas ao Simples Nacional. As pessoas físicas poderão negociar débitos do Imposto de Renda relativos ao exercício de 2020.

Em troca de uma entrada de 4% do valor total do débito, que poderá ser parcelada em até 12 meses, o saldo restante poderá ser parcelado em até 72 meses para empresas e 133 meses para pessoas físicas, empresários individuais, micro e pequenas empresas, instituições de ensino, santas casas de misericórdia, cooperativas e demais organizações da sociedade civil.

Para conseguir a negociação com a PGFN, o débito deve estar inscrito na Dívida Ativa da União até 31 de maio de 2021. Os benefícios são os mesmos da transação excepcional, que vigorou por oito meses em 2020 e permitiu o fechamento de 268 mil acordos , com a renegociação de R\$ 81,9 bilhões.

O programa prevê desconto de até 100% dos valores de multas, juros e encargos, respeitado o limite de até 50% do total da dívida para pessoas jurídicas, e 70% da dívida para pessoas físicas. A renegociação de dívidas com a **Previdência Social** está limitada a 60 parcelas.

# A guerra do auxílio emergencial - VINICIUS TORRES FREIRE

## VINICIUS TORRES FREIRE

O "Orçamento de Guerra" de 2020 levou um mês e cinco dias para tramitar no Congresso. A proposta de emenda constitucional (PEC) foi apresentada no dia 1º de abril e promulgada em 7 de maio. Em resumo grosso, era a PEC que regulamentava os excessos e exceções de aumentos de gastos na epidemia.

Paulo Guedes diz que o novo auxílio emergencial depende juridicamente de uma nova PEC de Guerra. Além disso, quer "contrapartidas fiscais" para compensar o novo gasto extraordinário.

Não interessa, aqui e agora, discutir se o ministro da Economia tem razão, mas de observar que não se trata apenas de dois problemas complicados para a solução de uma crise social urgente.

Condicionar a tramitação da emenda constitucional de gastos emergenciais a um corte de despesas dramático seria mesmo uma guerra, conflito que poderia se arrastar por um tempo politicamente crítico, com batalhas em várias frentes.

"Contrapartida" é o eufemismo para algum corte de despesas, neste ano ou nos próximos, uma desconversa vaporosa que tem aparecido em jornais e TVs.

É bem sabido de onde podem vir os talhos relevantes de despesa. É tedioso voltar à mesma conversa, mas essa discussão pode render uma crise política considerável. No ano passado, quando se discutia o Renda Brasil, o próprio Jair Bolsonaro vetou os cortes.

O primeiro candidato ao talho é o salário dos servidores, que poderia ser congelado ou reduzido por mais de um par de anos, como previsto na PEC Emergencial de 2019. Seria inédito que uma decisão como essas descesse redondo pela goela do centrão.

Uma outra sugestão de corte que irritou Bolsonaro foi a de dar cabo do abono salarial, assim como a proposta de mexer em Benefícios de Prestação Continuada (auxílio de um salário mínimo para idosos e pessoas com deficientes muito pobres). Menos ainda passou a ideia de congelar o valor de outros benefícios do **INSS** ou do gasto mínimo com saúde e educação.

Pode sair algum dinheiro, "contrapartida parcial", dos empréstimos subsidiados de bancos estatais (mexe com os produtores rurais, pequenos e grandes). Mas é possível arrumar um dinheirão reduzindo isenções e reduções de **impostos**. O que isso significa? Aumento de carga tributária.

Seria até uma boa ideia, mas também um tumulto político.

Trata-se, por exemplo, de cobrar mais imposto das empresas no Simples, de reduzir isenções e deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física (rendimentos isentos e não tributáveis e deduções de gastos com saúde e educação privadas), inclusive rendimentos de aposentados maiores de 65 anos e rescisões trabalhistas. Há também isenções para produtores rurais, filantrópicas, Zona Franca de Manaus, remédios e equipamentos médicos. Etc.

Nesta discussão não se leva em conta se o gasto com o novo auxílio emergencial será "fura teto" ou dentro do teto, se a "contrapartida fiscal" será devida neste ou nos anos seguintes. Vai aqui apenas uma lista de despesas ou renúncias de receitas que podem ser recuperadas com o objetivo de conter o aumento da dívida pública.

"Contrapartida", portanto, significa conflito na certa. Se a aprovação de uma PEC de Guerra depender da solução dessa disputa, o caldo pode engrossar. Pode não sair auxílio, com o que haverá crise com o novo comando do Congresso.

Deputados e senadores podem também atropelar o governo e aprovar a nova despesa "na marra" -assim haverá algum sururu na praça financeira, no mínimo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

35

# Governo vai negociar dívidas feitas na pandemia

O governo publicou ontem uma portaria que estabelece as regras para a negociação de dívidas contraídas por pessoas físicas e empresas durante a pandemia. O prazo abre no dia 1º de março e termina em 30 de junho.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) determinou que apenas **tributos** inscritos na dívida ativa da União até 31 de maio de 2021 e vencidos entre março e dezembro de 2020 poderão ser negociados. Além disso, a razão pelo não pagamento em dia deve estar relacionada aos impactos da Covid-19 na economia.

Nessa linha, estão incluídos os débitos tributários de pessoas jurídicas em geral, inclusive as que participam do Simples Nacional. Débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Física também poderão ser negociados.

## COMPROVAÇÃO DE RECEITA

Para ter acesso à possibilidade de negociar as dívidas, a empresa deverá comprovar o impacto da Covid-19 nos negócios, como uma redução na receita bruta mensal do ano passado em relação ao mesmo período de 2019. Para pessoas físicas, essa comprovação poderá servir demonstração de queda na renda em 2020, em qualquer percentual, na comparação com 2019.

A negociação tem algumas regras. A entrada do pagamento pode ser parcelada em até 12 meses. O restante poderá ser pago em até 72 meses para pessoas jurídicas, com possibilidade de desconto de até 100% sobre multas, juros e encargos, desde que não passe de 50% do valor total da dívida.

Para pessoas físicas, empresários individuais, micro e pequenas empresas, Santas Casas, cooperativas e instituições de ensino, o parcelamento poderá ser feito em até 133 meses. Essas instituições também poderão ter desconto de até 100% sobre as multas, juros e encargos, desde que não seja superior a 70% do valor total.

## AÇÕES VOLTADAS À CRISE

Quem estiver interessado poderá entrar no site da PGFN no portal Regularize, preencher as informações

e receber a proposta de acordo.

Essa medida é mais uma adotada nas últimas semanas pelo governo para mitigar o impacto da pandemia na economia. Na quarta-feira, já havia sido publicada uma medida provisória (MP) reduzindo a burocracia na tomada de crédito para pessoas físicas e empresas no país.

Além das propostas para ampliar crédito, também estão no radar medidas para antecipar benefícios. Na semana passada, o governo adiantou o calendário de pagamento do abono do PIS/Pasep para funcionários dos setores público e privado. A injeção de recursos é de R\$7,3 bilhões.

Já a antecipação do pagamento do 132 para aposentados e pensionistas do **INSS**, que estava planejada para acontecer em fevereiro, acabou atrasando pela demora na aprovação do Orçamento deste ano. A primeira parcela do adiantamento deve ser paga em abril.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Bolsonaro fala em auxílio para marco



À esquerda, o presidente Jair Bolsonaro discursou durante evento em Alcântara, no Maranhão. Segundo ele, o auxílio emergencial não pode ser "eterno".  
CÂMARA VIANA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que é urgente rediscutir a volta do benefício

## Ingrid Soares

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que a extensão do auxílio emergencial deverá ser paga a partir de março em até quatro parcelas. Ele anunciou a possível data após a cerimônia de entrega de títulos de propriedade rural no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Maranhão. "Eterno é aposentadoria, o BPC, tá? É uma questão emergencial, porque custa caro para o Brasil. É um endividamento enorme para o Brasil. Tá quase certo. Ainda não sabemos o valor, com toda certeza, a partir de... com toda certeza, pode não ser, a partir de março, três, quatro meses. É o que está sendo acertado, com o Executivo, e com o Parlamento também, porque temos que ter responsabilidade fiscal", apontou. Ontem, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), cobrou publicamente uma proposta do governo, enquanto, no Senado, Rodrigo

Pacheco confirmou ter recebido ligação do ministro da Economia, Paulo Guedes, para discutir o auxílio emergencial.

Bolsonaro voltou a criticar as medidas de isolamento e ressaltou que a população precisa voltar aos postos de trabalho. "Agora, não basta apenas conceder mais um período de auxílio emergencial. O comércio tem que voltar a funcionar. Tem que acabar com essa história de fecha tudo. Devemos cuidar dos mais idosos e de quem tem comorbidades. O resto tem que trabalhar. Caso contrário, se nos endividarmos muito, o Brasil pode perder crédito, e daí a **inflação** vem, a dívida já está em R\$ 3 trilhões, daí vem o caos e ninguém quer isso daí " completou o presidente.

Mais cedo, durante discurso na cerimônia no Maranhão, o chefe do Executivo afirmou que a equipe econômica estuda a continuidade do auxílio emergencial, mas destacou que a medida não pode ser eterna e que representa mais endividamento para o país. Ele emendou que o "povo quer, na verdade, é trabalho".

Arthur Lira cobra proposta do governo

No primeiro embate entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e o ministro da Economia, o deputado cobrou de Paulo Guedes uma nova rodada do auxílio emergencial. Ao chegar à Câmara dos Deputados, ontem, o parlamentar reclamou que o Ministério da Economia não enviou nenhuma proposta ao Congresso ainda. E que é urgente tratar do assunto. "Urge que o ministro Guedes nos dê uma alternativa viável, dentro dos parâmetros da economia, como ele pensa e como a sociedade deseja. A situação está ficando crítica para a população, e precisamos encontrar uma alternativa", disse. "Nada foi encaminhado ainda. E temos que, urgentemente, tratar desses assuntos com a sensibilidade que o caso requer", reforçou.

Cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300 foram pagas no ano passado a desempregados, beneficiários do Bolsa-Família e trabalhadores informais. O benefício foi finalizado em dezembro e, em 2021, o governo só desembolsou valores residuais. No entanto, como a pandemia segue em curso, com o agravamento da situação em alguns estados, medidas de lockdown foram renovadas e os beneficiários do auxílio seguem com dificuldades de sobreviver.

O ministro Guedes já sinalizou que aceita pagar mais três parcelas de R\$ 200. Mas quer do Congresso, em contrapartida, a aprovação de medidas de ajuste fiscal. Entre as condicionantes, Guedes espera corte de gastos com servidores e uma nova PEC (proposta de emenda à Constituição) do Orçamento de Guerra, o que permitiria a ampliação de gastos sem comprometer as regras fiscais.

Em relação às contrapartidas exigidas por Guedes, o presidente da Câmara disse que as PECs que preveem corte de despesas terão "tramitação imediata". Uma delas é a PEC Emergencial, que contém gatilhos para contenção de gastos, principalmente os relacionados aos **servidores públicos**; a outra é a PEC do Pacto Federativo, que redistribui recursos entre União, estados e municípios.

"O governo e o ministro Guedes têm de, rapidamente, encontrar uma alternativa de solução imediata do auxílio. Nós sabemos que as PECs serão importantes para manter todas as regras do teto de gastos", afirmou Lira. Ele também defendeu a criação de um novo programa social dentro do teto.

VACINAS Lira informou que a medida provisória (MP 1.026/21) que facilita a compra de vacinas, insumos e outros artigos para a ampliação da vacinação contra a COVID-19 deve ser votada na próxima semana. O relator do texto no plenário ainda será indicado. Lira participou da reunião de líderes e disse que as votações na próxima semana serão de propostas sobre as quais haja acordo entre os parlamentares. Ele também informou que, com a semana do carnaval, haverá votações apenas na quinta-feira pela manhã, em sessão virtual.

O parlamentar afirmou que tem mantido boa relação com os partidos de oposição. "A relação com a oposição é a melhor possível, estamos conversando e todos entenderam que esse é o processo e na medida do possível vamos fazendo concessões e a Câmara vai entrando no seu ritmo", disse Lira. O deputado disse esperar que as comissões sejam instaladas após a semana do carnaval. Ele acredita que os acordos para que os partidos indiquem os nomes para as presidências dos colegiados ocorram nos próximos dias.

Benefício é "exigência" do Congresso, diz Pacheco

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou ontem que recebeu ligação do ministro da Economia, Paulo Guedes, pedindo encontro para discutir a prorrogação do auxílio emergencial. Ele disse que a reunião com a equipe econômica do governo federal deve ser realizada antes do feriado de carnaval. "Recebi um telefonema do ministro Paulo

Guedes para que possamos reunir as equipes, ainda que seja necessário avançar no feriado de carnaval, para encontrar um caminho técnico com fundamentos econômicos e estabelecer esse auxílio à população, que é uma exigência da Câmara, do Senado, mas, fundamentalmente, é uma exigência das pessoas que precisam ser assistidas pelo Estado. Vamos fazê-la o mais rapidamente possível. Vamos colocar as equipes reunidas ainda que seja necessário avançar pelo feriado", declarou.

"Auxílio à população é uma exigência da Câmara e é uma exigência do Senado. É uma exigência daquelas pessoas que precisam ser assistidas", finalizou. "As propostas de emenda à Constituição (PECs) estabelecem um protocolo fiscal, é uma prioridade do Senado, deve ser também da Câmara. É uma realidade e não vamos fugir dela. A outra realidade, aflitiva, é o anseio das pessoas vulneráveis, extremamente necessitadas, de ter o socorro do Estado. O que resta saber é qual o formato que se pode ter."

Pacheco disse estar confiante em um acordo. "Prefiro considerar a hipótese de que entraremos em um consenso para um auxílio que seja matemática e financeiramente possível neste momento."

Ele voltou a descartar aumento de **impostos**. "Neste instante, como o auxílio é necessário muito imediatamente, uma criação de imposto seria ineficaz. A discussão sobre aumento de imposto, com o sistema tributário como está, não é boa para o país. Deve ser discutido na **reforma tributária**. O que precisamos para já é do auxílio ou de um programa análogo, independentemente da criação de novos **tributos**".

Site: <https://digital.em.com.br/flip-login/>

# Apuração sobre fura-fila alcança ao menos 15 cidades

**Mariana Carneiro**

Goiás já possui pelo menos 15 cidades que estão com investigações em andamento feitas pelo Ministério Público do Estado (MP-GO) sobre casos suspeitos de 'fura-fila' na vacinação contra o coronavírus. As irregularidades são, em sua maioria, para beneficiar autoridades, familiares e pessoas que trabalham com profissionais da saúde. O MP-GO já arquivou uma investigação por falta de indícios em Crixás e confirmou um caso em Pires do Rio, onde o secretário municipal de Saúde, que tomou a dose também deu para a esposa. Ele foi afastado, assinou acordo de não persecução penal, teve de pagar multa de R\$ 50 mil, além de ter de prestar cem horas de serviço no Hospital Municipal da cidade.

Existem ainda duas outras cidades - Caçu e Leopoldo de Bulhões - que possuem investigações abertas relacionadas à vacinação contra a Covid-19, mas as promotorias não informaram se são de casos suspeitos de fura-fila ou não, nem qual o estágio da investigação. A assessoria de imprensa do MP-GO reforçou ainda que exista a possibilidade de outras cidades possuírem investigações de casos semelhantes abertas. A filtragem das cidades com procedimentos do tipo instaurados é complexa, pois não existe um controle centralizado.

Nesta quinta-feira (11), o MP-GO divulgou a investigação que está sendo feita no município de Orizona. Na lista de vacinação divulgada pela prefeitura consta o nome de personal trainers, médicos veterinários, funcionários públicos, agentes públicos e até mesmo o do próprio secretário municipal de saúde. O promotor responsável, Lucas César Ferreira, informou que a lista ainda está sendo analisada, mas que não param de chegar ligações da população na promotoria indicando mais nomes que estariam irregulares. Ao POPULAR, o secretário municipal de Saúde, Renato Cunha, informou que o município está seguindo rigorosamente as determinações do Ministério da Saúde.

Em Nova Veneza ocorreu algo parecido. O titular da Secretaria Municipal de Saúde, Dejair José do Carmo, de 59 anos, chegou a admitir que recebeu a dose da vacina. A justificativa foi de que ele foi vacinado porque mora com um irmão que tem paralisia cerebral e não podia passar a doença para ele. A promotora

responsável pela cidade, Elaine Pires, pediu explicações à administração pública.

Fazendeiros

Em Ceres, outro caso também chamou a atenção: donos de hospitais incluíram na relação de contratados, famílias inteiras, para que elas pudessem receber a vacina. Dentre eles, estão pais de médicos, que são proprietários rurais e aparecem como auxiliares gerais da unidade de saúde e uma ex-primeira dama da cidade que recebeu a vacina como auxiliar de coleta. A administração pública da cidade, afirmou ter se surpreendido com a ação dos donos da unidade de saúde.

O promotor que conduz o caso, Marcos Rios, comunicou que a titular da secretaria municipal de Saúde da cidade, Marjuery Seabra, e a responsável pela Vigilância Epidemiológica do município, Heloiza Lago, terão de responder por improbidade administrativa. Heloiza afirma que os nomes das pessoas foram incluído na lista de vacinados do município sem a devida verificação por parte da pasta, mas que eles não acreditavam que o hospital "agiria de má fé", colocando nomes de parentes como profissionais da saúde.

De acordo com o Ministério Público Federal, esta ação pode ser criminal ou administrativa, sendo que estas pessoas estão sujeitas a multa e condenação pelo crime de peculato, que tem pena de até 12 anos.

Política

Em Iporá, o prefeito da cidade, Naçoitan Leite (PSDB), também foi acusado de furar a fila da vacinação e de beneficiar a si e também aos familiares. O prefeito e a defesa dele negaram que ele ou parentes tenham se vacinado. Ele chegou a fazer um exame para verificar anticorpos com a intenção de provar que não recebeu nenhuma dose da vacina contra a Covid-19, mas mesmo o resultado negativo não evidencia que ele não tenha sido imunizado.

Em Catalão, o caso de uma atendente de uma clínica radiológica que teria sido vacinada sem fazer parte do grupo prioritário, ganhou as redes sociais. Em nota, o município comunicou que está investigando a situação, que preliminarmente não havia constatado

nenhuma irregularidade.

#### Secretária de médico é investigada

Em Goiânia, também existe uma investigação da secretária de um médico que teria sido vacinada fora do grupo prioritário. Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) informou que "está tomando todas as medidas quanto às denúncias de possíveis casos de 'fura-fila'", sendo que dentre as ações está o encaminhando dos casos para órgãos fiscalizadores como, por exemplo, Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO).

Já em Senador Canedo, a publicação de um vídeo de um homem sendo vacinado levantou suspeitas se ele estaria ou não furando fila. De acordo com o MP-GO, existem investigações no município sobre infração de medida sanitária e violação aos princípios administrativos. Em nota, a assessoria de imprensa do município comunicou que a pessoa em questão trabalha no Posto de Saúde da Família (PSF) do Parque Alvorada, unidade de referência no atendimento a pacientes com a doença, e se encaixa "no perfil dos trabalhadores de apoio, que também são considerados servidores da saúde que estão na linha de frente no combate à pandemia do novo coronavírus."

Em Goiatuba e Guapó, as investigações também são voltadas para políticos e parentes. Em Goiatuba, cidadãos relataram que políticos e servidores do primeiro escalão da prefeitura estariam sendo imunizados na frente de pessoas que fazem parte do grupo prioritário. A Secretaria Municipal de Saúde de Goiatuba informou, por meio de nota, que essas informações não procedem e são "absoluta inverdade". De acordo com a pasta, o município possui um acordo de cooperação com a promotoria da cidade visando dar transparência para o processo de vacinação, fazendo um "informe diário das doses aplicadas nos grupos prioritários com o envio de listas com a respectiva identificação e documentação de cada vacinado".

O secretário municipal de Saúde de Guapó, Wilmar Queiroz, também nega qualquer tipo de ação irregular no processo de vacinação na cidade. "Temos enviado a relação de doses aplicadas para o Ministério Público e deixado à disposição da população no nosso site e na nossa página do Facebook. Agimos com transparência o tempo todo com a população", pontua.

Vale ressaltar que, na capital, o ex-deputado federal Jovair Arantes, de 69 anos, foi vacinado usando o registro do Conselho Regional de Odontologia (CRO). O Conselho chegou a comunicar que não houve irregularidade na vacinação do ex-deputado federal e

que o CRO dele está ativo. Entretanto, Arantes afirmou que atende pacientes apenas esporadicamente, não estando na linha de frente do enfrentamento à Covid-19, que são prioridade na vacinação.

#### Profissionais recorrem ao MP

Em Santa Helena de Goiás foi instaurado um procedimento para apurar possíveis 'furadas de fila' na cidade. Profissionais do Hospital de Urgência da Região Sudoeste (Hurso), referência no tratamento da Covid-19, teriam sido incluídos na lista de vacinação apenas depois da intervenção do MP-GO. Foram expedidas recomendações para o município seguir as determinações dos Planos Nacional e Estadual de Vacinação. Após a orientação, as diretrizes passaram a ser respeitadas, diz o MP.

Em Pirenópolis, também existe uma investigação sobre pessoas que teriam furado a fila da vacinação. "O MP-GO nos pediu uma lista com as pessoas que foram vacinadas. Eu enviei para eles essa lista com o nome e função de cada uma das pessoas vacinadas", diz Hiunara Amâncio da Luz Goulão, diretora de Vigilância em Saúde da cidade.

Relatos de pessoas fora do grupo prioritário sendo vacinadas também ocorreram em Aparecida de Goiânia, Santa Rita do Araguaia, Santa Fé de Goiás e Mineiros. Em Aparecida, o MP-GO solicitou ao município a criação de um "vacinômetro", que permite acompanhar o número de vacinados da cidade. Em Mineiros, o município teria adiantado a vacinação de idosos, sendo que um dos beneficiados foi o ex-prefeito da cidade, Agenor Rezende. O POPULAR entrou em contato com as secretarias de Saúde dos municípios, mas não obteve resposta até o fechamento desta reportagem.

**Site:** <https://www.opopular.com.br/digital/12-fevereiro-2021/1o-caderno>

# PSB vai à PGR por gasto militar com picanha e cerveja

**André Borges / BRASÍLIA**

Em representação enviada ao procurador-geral da República, Augusto Aras, deputados do PSB pedem que sejam investigados gastos dos militares, no ano passado, com picanha e cerveja. De acordo com o documento, as Forças Armadas usaram dinheiro público, em 2020, para comprar mais de 700 toneladas de picanha (a R\$ 84,14 o quilo) e 80 mil cervejas (a R\$ 9,80 cada).

O levantamento foi feito pela equipe dos parlamentares. A representação, divulgada pelo site **Congresso em Foco**, foi enviada na terça-feira passada à PGR.

Há fortes indícios, conforme os deputados, de superfaturamento.

As informações são do Painel de Preços do Ministério da Economia, a mesma ferramenta que revelou compras milionárias de leite condensado.

O deputado Elias Vaz de Andrade (PSB-GO), um dos que assinam a representação, disse que os dados são oficiais e que os preços foram aprovados pelas Forças. "Estamos denunciando esses processos licitatórios.

Essas empresas tiveram suas propostas aprovadas, por esses valores", afirmou.

Na relação de compras de cervejas estão, por exemplo, 1.008 latas de Bohemia Puro Malte, a R\$ 4,33 cada. Em supermercados, diz a representação, o preço médio do item é de R\$ 2,59. A lista inclui ainda 2 mil garrafas de Bohemia Puro Malte, a R\$ 7,29, quando são encontradas por R\$ 5,79, segundo os parlamentares.

Para comprar mais 1.600 latas de Skol Puro Malte, os militares pagaram R\$ 4 pela unidade, item que é encontrado a R\$ 2,69 em redes de varejo.

"O superfaturamento é evidente.

A grande quantidade que os órgãos solicitaram via processo licitatório deveria favorecer a negociação e proporcionar preços muito menores que os oferecidos no varejo", dizem os deputados na representação.

Em relação à aquisição de carne, foram concluídos 76 processos de compra de picanha. Segundo os dados, o valor do quilo pago foi de R\$ 84,14 - a equipe que conduziu a fase interna da licitação, no entanto, previa custo médio de R\$ 118,25. "É preciso investigar qual foi o corte usado para se chegar a esse preço médio irreal", afirmam os parlamentares.

"Diferenças". Em nota, o Ministério da Defesa afirmou que aguarda a notificação da PGR.

"O Ministério da Defesa e as Forças Armadas reiteram seu compromisso com a transparência e a seriedade com o interesse e a administração dos bens públicos.

Eventuais irregularidades são apuradas com rigor." O ministério sustenta que a representação se baseia em "informações absolutamente equivocadas".

"Apresentar valores totais de processos licitatórios homologados como sendo valores efetivamente gastos constitui grave equívoco", afirma. A pasta não explicou, no entanto, as razões que levaram à aquisição

Pressão

O ex-comandante do Exército Eduardo Villas Bôas revelou em livro que seu tuíte antes do julgamento de Lula em 2018 foi planejado com Alto Comando das Forças.

"Pouco diferente de hoje", diz presidente sobre ditadura

O presidente Jair Bolsonaro classificou ontem a ditadura como um período "um pouco diferente do que vivemos hoje" e exaltou os presidentes militares que governaram o País entre 1964 e 1985 durante cerimônia de entrega de títulos de propriedade de terras em Alcântara.

"Isso aqui nasceu em 1983, mais uma das grandes obras dos cinco presidentes militares que tivemos no Brasil. Grandes obras ao longo de 21 anos, onde vivi um regime de... um pouco diferente do que vivemos hoje, mas com muita responsabilidade com o futuro de seu País", afirmou.

Bolsonaro participou da entrega de 120 títulos de propriedade de terras para famílias que foram remanejadas durante a construção da base aeroespacial de Alcântara, ainda na década de 1970, no governo militar.

Do palanque, o presidente elogiou a ministra Damares Alves e cometeu uma gafe com o ministro Milton Ribeiro (Educação), a quem por duas vezes se referiu como "ministro das comunicações", até ser corrigido pelo próprio Ribeiro.

Após a cerimônia, Bolsonaro disse que espera que o acordo de salvaguarda tecnológica assinado pelo ex-presidente norte-americano, Donald Trump, seja mantido nos mesmos termos na administração de Joe Biden. "Com Trump ou com Biden, isso é importante para o desenvolvimento do Brasil e é interesse deles também", destacou.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Pazuello promete país todo vacinado em 2021

O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, disse ontem que todo o Brasil será imunizado ainda neste ano contra a covid-19. "Vamos vacinar o país em 2021 50% até junho, 50% até dezembro da população 'vacinável' (acima dos 18 anos). É o que estamos buscando, vamos fazer", disse Pazuello. Ele participou de audiência com senadores. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirma que esta reunião pode ser decisiva para uma abertura de CPI sobre a atuação do governo federal na pandemia.

A versão mais recente do plano nacional de imunização, de 29/1, não aponta um prazo para a vacinação da população. A primeira edição, lançada em 16 de dezembro, afirmava que grupos prioritários seriam imunizados até metade do ano. O resto da população seria vacinada nos 12 meses seguintes, ou seja, até o meio de 2022.

Pazuello é investigado no Supremo Tribunal Federal (STF) por suposta omissão para evitar o colapso de saúde em Manaus. Com estoques de cilindros zerados em algumas unidades de saúde, pessoas morreram por asfixia e outras precisaram ser transferidas para receber atendimento médico em outros estados.

Ontem, a Folha de S. Paulo revelou que um documento do Ministério da Saúde, enviado ao MPF (Ministério Público Federal) no dia 4 de fevereiro, aponta a distribuição de cloroquina produzida pela Fiocruz a pacientes com covid-19, e não dentro do programa nacional de controle da malária, como originalmente previsto.

O documento contradiz o próprio ministério, que afirmou à imprensa não ter concretizado a aquisição do medicamento para distribuí-lo dentro da política de combate ao coronavírus.

Já o **Congresso em Foco** mostrou que o governo federal gastou cerca de R\$ 13 milhões em propagandas defendendo o 'tratamento precoce' da covid com uma série de medicamentos que não possuem eficácia científica contra a doença.

**Site:** <https://www.pressreader.com/brazil/correio-da-bahia>

# Prorrogação do auxílio está pronta, diz Guedes

**Rosana Hessel Simone Kafruni Luiz Calcagno Vicente Nunes**

O presidente Jair Bolsonaro e os mandatários da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), fecharam questão sobre a retomada do auxílio emergencial e jogaram pressão sobre o ministro da Economia, Paulo Guedes, para a volta do benefício. Sem saída, o titular da equipe econômica passou a admitir o auxílio e garantiu que tem proposta pronta para entrar em operação dentro de 20 dias. No entanto, condicionou a prorrogação à volta do estado de calamidade e do Orçamento de Guerra, para que o governo não descumpra as regras de responsabilidade fiscal.

"A realidade foi, infelizmente, mais dura do que esperávamos", afirmou Guedes, ontem, em videoconferência comemorativa dos 124 anos da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Ele admitiu que a pandemia recrudescer e interrompeu o processo de recuperação da economia.

De acordo com Guedes, é possível a volta do auxílio por mais três ou quatro meses, como o presidente Jair Bolsonaro cogitou ontem (leia reportagem na página ao lado). O texto, conforme frisou, pode ser entregue "na mesma hora", basta uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que restabeleça o estado de calamidade, impondo um novo Orçamento de Guerra. Assim, o governo poderá colocar em prática o protocolo da crise adotado em 2020, mas, com contrapartidas, como o congelamento de salários, como ocorreu no ano passado.

Guedes fez questão de frisar que a solução para a volta do benefício é incluir a PEC do estado de calamidade pública dentro da PEC do Pacto Federativo - que redistribui recursos entre União, estados e municípios. Segundo ele, assim, será possível prever essa cláusula de calamidade para permitir, por exemplo, o corte de despesas obrigatórias e o congelamento de salários durante o período de crises. "Esse é o compromisso para as gerações futuras. Não podemos ser irresponsáveis", reforçou.

O chefe da equipe econômica lembrou que não há como socorrer os mais pobres sem responsabilidade fiscal, porque a fatura desse benefício pode se transformar em **inflação** futura, "o pior imposto que

existe", ressaltou.

Segundo Guedes, no caso de acordo entre o Executivo e o Legislativo, é possível que os técnicos trabalhem nessa proposta durante o carnaval, preparando a do Orçamento de Guerra e a do auxílio em cima dos textos das PECs Emergencial, que prevê gatilhos para contenção de gastos, e do Pacto Federativo. Com isso, pode-se colocar o auxílio emergencial em prática "dentro de 20 dias". "Tem de haver contrapartida. Não pode só derramar dinheiro", enfatizou.

Pressão A pressão sobre Guedes começou na quarta-feira, quando Rodrigo Pacheco disse que o retorno do auxílio emergencial não poderia estar vinculado a qualquer proposta de reforma constitucional, devido à urgência do assunto. Ontem, ele voltou a bater nessa tecla. "As PECs estabelecem uma sinalização de responsabilidade fiscal no Brasil. Essa é uma realidade e não vamos fugir dela. A outra realidade, realmente aflitiva, é o anseio das pessoas que estão vulnerabilizadas e extremamente necessitadas, de ter o socorro do Estado", pontuou. Ele descartou a possibilidade de criação de um imposto para lidar com o aumento de gastos. "O que se deve tratar sobre aspecto tributário é no âmbito da **reforma tributária**. O que precisamos para já é o auxílio emergencial ou programa análogo", alertou.

Arthur Lira também ressaltou, ontem, a urgência da volta do benefício. "Urge que o ministro Guedes nos dê uma alternativa viável. A situação está ficando crítica para a população e precisamos encontrar uma alternativa", disse. "Nada foi encaminhado ainda. E temos, urgente, de tratar desses assuntos com a sensibilidade que o caso requer", reforçou.

Lira disse que as PECs que preveem corte de despesas, como a Emergencial e a do Pacto Federativo, terão "tramitação imediata". "Nós sabemos que as PECs serão importantes para manter todas as regras do teto de gastos", frisou.

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), vice-presidente da Frente Parlamentar Mista da Renda Básica, juntou-se aos comandantes das duas Casas ao pressionar a equipe econômica sobre a extensão do auxílio. "Com o fim dos pagamentos, a situação, especialmente nos estados mais pobres, está

desesperadora", disse. Vieira ressaltou que já cobrou, mais de uma vez, de Guedes, "sensibilidade e velocidade na resolução do problema".

#### Socorro na pandemia

O auxílio, aprovado pelo Congresso em março de 2020, foi pago pelo governo de abril a dezembro do ano passado. Cinco parcelas de R\$ 600 e quatro de R\$ 300 foram destinadas a desempregados, beneficiários do Bolsa Família e trabalhadores informais. Em 2021, o governo só desembolsou valores residuais. No entanto, como a pandemia segue em curso, com agravamento da situação em alguns estados, medidas restritivas foram renovadas e parcela significativa da população continua com dificuldades de sobreviver.

# "Não é só a vacina que leva alguém a ser presidente"

**Malu Delgado De São Paulo**

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), já se coloca abertamente como possível candidato à Presidência em 2022. Com aval de segmentos importantes do PSDB, Leite confirmou ao Valor, no mesmo dia em que recebeu parlamentares federais de seu partido no Estado, que começará a percorrer o país pela construção de um projeto alternativo.

A dualidade com o governador de São Paulo, João Doria, é evidente. Leite admite com tranquilidade a disputa com o paulista em prévias, se esse for o caso. Pontua, ainda, que Doria tem, inegavelmente, mérito na viabilização da vacina Coronavac contra a covid-19, mas não é apenas esse fato que vai lhe assegurar o lugar de presidencial. A seguir, os principais trechos da entrevista:

**Valor:** Parlamentares do PSDB que defendem seu nome para disputar a Presidência em 2022 querem que o senhor viaje pelo país e ganhe projeção nacional. Fará isso?

**Eduardo Leite:** Os deputados vieram aqui manifestar que desejam construir um projeto alternativo para o país, para 2022, e entendem que eu tenho colaboração a dar. Não necessariamente falamos aqui de candidaturas, mas é natural que esteja no horizonte. Não é o momento para discussão de candidaturas. A vinda deles aqui reconhece um jeito de fazer política que o Brasil se esqueceu, com ponderação, com moderação. É natural que, ao ser buscado, como fui, eu possa compartilhar essa experiência no Brasil, visitando outros lugares. Pretendo sim atender a esse chamado, com a responsabilidade que tenho, em primeiro lugar, com o meu Estado. Sempre que possível conciliar, vamos acompanhar as movimentações nacionais. Significa que eu poderei compartilhar a experiência do Rio Grande do Sul em outros lugares do Brasil, e também ouvir outras experiências. É falar e ouvir.

**Valor:** Mas o senhor já definiu como e por onde começar o périplo ?

**Leite:** Não. Foi o primeiro movimento hoje aqui de interesse no que eu tenho a mostrar. Nada ainda decidido. E eu tenho a mostrar um Estado em crise

que começou a se ajustar, a pagar as contas em dia. O Rio Grande do Sul é o que tem o pior déficit previdenciário do país. E enfrentamos isso com reformas profundas na Previdência, bem além do que foi feito no país e em outros Estados. Fizemos uma reforma administrativa muito mais profunda do que a que o governo federal apresentou. E fizemos tudo com diálogo, com respeito, sem abrir confronto, sem radicalismo. Querem que eu compartilhe isso nacionalmente, não apenas em reuniões partidárias, mas em outros Estados.

**Valor:** Todos os diretórios do PSDB e as bancadas federais pediram a prorrogação de mandatos da executiva nacional até maio de 2022. Bruno Araújo é o melhor nome para presidir o PSDB durante as definições sobre eleições?

**Leite:** A condução do Bruno para a presidência do PSDB foi tida, naquele momento, como algo que teve o envolvimento do governador João Doria. Agora, o Bruno Araújo tem esse pedido para ser reconduzido pelas mais diversas lideranças da Câmara, do Senado, dos diretórios estaduais. Significa que ele fez um bom trabalho. Ele tem capacidade, tem se mostrado muito responsável na organização do partido. Claro que ele tem uma tarefa difícil nas mãos. O PSDB se articular diante deste cenário nacional polarizado não é fácil. Ele tem se mostrado sempre capaz e acho adequada a recondução.

**Valor:** Está disposto a enfrentar prévias com o governador João Doria, conhecendo o estilo dele e obstinação para disputar a Presidência?

**Leite:** Eu tenho muito respeito pelo governador João Doria. O que nos une é muito maior do que o que nos separa. Estar no mesmo partido não significa pensar do mesmo jeito e nem ter o mesmo estilo de fazer política. Mas significa que temos pensamentos convergentes sobre o modelo da máquina pública, na forma que o Estado se organiza para prestar serviços públicos. O PSDB não é legenda de aluguel, não é sigla partidária sem uma visão clara e ideológica. Tem programa partidário bem estruturado e é um partido de formulação de políticas públicas bastante consistentes. Temos mais afinidades do que o que nos separa. Agora, se o partido tiver que fazer prévias, não acho que seja um problema, que significa que seja um racha, divisão. Ao contrário. Significa que o partido

tem alternativas, tem lideranças capazes. Mais importante do que tudo agora é ter humildade de todas as partes, e do próprio PSDB, na conversa com outros partidos.

Valor: O senhor disse que, diferentemente de João Doria, nunca associou seu sobrenome ao de Bolsonaro. Isso descredencia Doria a ser o paladino da oposição?

Leite: Eu posso falar por mim. Em 2018, no segundo turno, sofri imensa pressão de apoiadores para que eu declarasse apoio e fizesse campanha casada com Jair Bolsonaro. Seria natural, para quem quisesse vencer as eleições, que eu fizesse essa opção. Meu adversário, aliás, fez. Eu não cedi. Porque tínhamos diferença política muito grande com a postura e as posições do candidato Jair Bolsonaro. Mas, diante de uma eleição plebiscitária, eu declarei o voto a Jair Bolsonaro, em função do que era a outra candidatura. Já tinham tido decisões judiciais que comprovavam atos graves de corrupção [do PT], Mais do que isso, aquele modelo econômico que gerou 13 milhões de desempregados. Não podiam voltar ao poder, na minha visão. Me manifestei como eleitor, declarando voto, mas sem apoiar. Dizia a meus eleitores que não podíamos nos associar a algo que, politicamente, não correspondia a nossos valores. Hoje me sinto à vontade para apontar as diferenças que tenho com Bolsonaro.

Valor: Como eleitor, tinha a opção de votar nulo, conhecendo a trajetória política de Bolsonaro. Se sente arrependido como eleitor?

Leite: O voto nulo para mim não constava como opção porque eu estava no processo eleitoral pedindo voto. Com todas as ressalvas à sua forma de fazer política, Bolsonaro tinha um programa econômico que está aí colocado, pela liderança do ministro Paulo Guedes, mas com acanhadas ações do governo. A **reforma tributária**, por exemplo, é tímida, trata só de **impostos** federais. A reforma administrativa também é tímida, não alcança os servidores da ativa. E porque falta convicção do presidente. As reformas não são levadas adiante, por qualquer pressão o presidente acaba recuando. Mas, minimamente estão encaminhando. Essas agendas teriam dificuldade de prosperar sob o PT.

Valor: Mas qual é a sua avaliação sobre o governo de Jair Bolsonaro, após dois anos de mandato?

Leite: A grande responsabilidade do presidente, a natural, é a economia, como construir condições para a prosperidade econômica, que gere empregos. Mas, nesta área, o presidente não pode, simplesmente, delegar a um ministro a condução. Precisa ter

convicções para defender essa agenda e trabalhar por ela, e criar condições políticas para que essa agenda evolua, prospere no parlamento. Pela falta de convicção do presidente, essas agendas acabam demorando a evoluir. A pandemia certamente retardou debates, mas foi também pela própria dificuldade do presidente de acreditar nessas agendas.

Valor: Como vê a postura de Bolsonaro na pandemia ?

Leite: A postura do presidente é sem dúvida nenhuma equivocada, para dizer o mínimo, negando a realidade, indo na contramão do que diz a ciência, do que pratica o mundo inteiro. Ao negar a necessidade de cuidados, do distanciamento, mundialmente reconhecido como forma de reduzir a incidência da doença, o presidente de gera confusão na sociedade e compromete as medidas para salvar mais vidas. E do ponto de vista dos tratamentos, ao vender a ilusão de um medicamento sem eficácia comprovada, reforçou a confusão na população e retardou a vacina, o programa de imunização. Em relação às medidas econômicas mitigatórias, o governo foi pouco proativo. As principais pautas, como auxílio emergencial, ocorreram por pressão do Congresso Nacional, uma vez que o governo demorou a reconhecer a gravidade da crise. O principal problema do presidente foi fazer ataques a governadores, prefeitos, às medidas, as únicas possíveis, para reduzir a incidência da covid-19, o que comprometeu muito as condições de reduzirmos a letalidade.

Valor: Sobre o protagonismo de João Doria na vacina, é um mérito individual do governador de SP?

Leite: É mérito da história do Instituto Butantan, de seus pesquisadores, dos cientistas, e dos governantes públicos de São Paulo ao longo da história. Mas há um mérito inegável por parte do governador João Doria, que é buscar estabelecer parcerias, que é a parceria com o laboratório Sinovac. A vida dele sempre foi muito ligada a isso, de interlocução com o setor privado. A parceria Sinovac e Butantan, pelo que sei, aliás, já era anterior à própria covid, e acabou se oportunizando para a Coronavac. A questão objetiva aqui é que o que leva alguém a ser compreendido pela população como um possível presidente da República não é apenas isso, é um conjunto de fatores. Tem que se identificar qual é o humor da população, o sentimento, o contexto e as circunstâncias que temos e teremos no processo eleitoral para entender que a candidatura será aquela capaz de aglutinar forças para enfrentar o presidente Bolsonaro. Precisamos de candidaturas que reúnam duas capacidades. A capacidade política e de gestão, para articular as agendas, mas tem que ter também capacidade eleitoral. Tem que ter as condições de se viabilizar eleitoralmente. Teremos candidatura do presidente,

que terá as características de radicalismo, ataques, agressões. A oposição a essa forma de fazer política de Bolsonaro não é do mesmo nível. É um contraponto. É a sobriedade, a moderação, a ponderação, a sensatez.

Valor: Em que medida seu estilo político difere de João Doria ?

Leite: Essa é uma análise que cabe ao espectador. Posso dizer que o meu estilo é buscar reconhecer que quem pensa diferente de mim não é um inimigo a ser abatido, que preciso compreender suas razões, me colocar no lugar do outro, dialogar e tentar construir convergências.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186682?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186682?page=1&section=1)**

## 2021 pode e deve ser melhor (2)

**UNIOR MACAGNAM** é empresário e presidente do Sincalco

Dois mil e vinte e um será melhor que 2020? Como todo brasileiro, estamos otimistas com o ano que se inicia e com as esperanças renovadas para que seja um ano de crescimento e evolução. Dois mil e vinte trouxe um cenário que ninguém poderia prever, uma pandemia que praticamente anulou três quartos do ano. Só no Brasil, a doença provocou mais de 200 mil mortes, jogou milhares de trabalhadores formais no desemprego e incontáveis informais ficaram sem ou perderam boa parte da renda mensal.

A esperança de um ano melhor aumenta a cada dose de vacina contra a covid-19 aplicada nas pessoas. Apesar da demora para o início da vacinação e da pouca quantidade de doses disponibilizada à população, limitada por enquanto a grupos prioritários, a imunização é ainda o maior motivo do otimismo dos brasileiros para uma retomada na economia e redução do desemprego no país.

É o que revela uma pesquisa feita pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), que elencam quais devem ser as prioridades do governo para 2021, segundo a população. Cerca de 44% dos entrevistados entende a necessidade de elevar os índices de emprego no país; já 42% veem a vacinação como prioridade absoluta. A preocupação com a economia é tamanha que mesmo em um momento de pandemia o emprego é prioridade no pensamento do brasileiro se comparado às questões da saúde pública (38%) e da educação (34%), de acordo com a pesquisa.

Para nós mato-grossenses, além do avanço da vacinação, outros pontos devem ser responsáveis diretos por uma retomada mais enorpada na economia e conseqüentemente um crescimento mais rápido no comércio. A histórica ascensão do Cuiabá à elite do futebol nacional deve aquecer setores como o turismo, de lojas do segmento esportivo, do comércio de rua e de vendedores ambulantes, principalmente em dias de jogos.

Graças à vacinação contra a covid19 e o avanço no número de pessoas imunizadas, uma possível volta do público aos estádios pode refletir também na economia, aquecendo e dando alento ao setor hoteleiro, bares e restaurantes. Isso porque, desde 1986, um time da Baixada Cuiabana não disputa a primeira divisão do maior campeonato de futebol do

país.

A troca do VLT pelo BRT, anunciada recentemente pelo governo do Estado também deverá ser um fator para superarmos as expectativas em relação ao ano anterior. Isso porque, segundo estudo técnico, a substituição do modal trará mais opções para locomoção de passageiros. Segundo o governo, uma das grandes vantagens é que o BRT permite a expansão para outros pontos da cidade, o que com o VLT seria mais caro e mais complicado.

Na teoria, com um alcance maior, mais áreas serão beneficiadas com as obras, o que levará modernização e progresso a mais bairros de Cuiabá e Várzea Grande, podendo assim movimentar ainda mais a economia local.

Em nível nacional, ainda temos esperança de que as reformas avancem. Faltando apenas dois anos para se encerrar a atual gestão do governo federal, apenas parte da **reforma tributária** está na mesa e a reforma administrativa mais anuncia o futuro do que resolve o presente. Temos esperança que este ano, realmente possamos observar mudanças mais relevantes.

Ao analisar principalmente o que de bom este primeiro ano de uma nova década pode nos proporcionar, concluímos que 2021 pode e deve ser melhor que o histórico ano de 2020. Assim esperamos e assim trabalharemos para fazê-lo ser melhor

**Site:**

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10480>

# CNI apresenta 25 propostas para acelerar o crescimento econômico

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) listou 25 propostas para reduzir os principais componentes do chamado Custo Brasil - entraves estruturais, burocráticos, trabalhistas e econômicos que atrapalham o crescimento do Brasil, a geração de riqueza, renda e emprego - e aumentar a competitividade da indústria brasileira. A entidade reforça que, só com a superação desses obstáculos, o país terá de elevar a taxa de crescimento médio do **PIB** para 3%, nos próximos dez anos.

"As incertezas continuam elevadas e a recuperação econômica não está consolidada. Ainda mais incerta é a capacidade da economia brasileira de aumentar sua taxa de crescimento, o que é essencial para o aumento do padrão de vida dos brasileiros", diz o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

A expectativa da Indústria é que as medidas que tramitam no Congresso Nacional sejam aprovadas e implementadas pelo governo o mais breve possível. De acordo com o presidente da CNI, o país não pode repetir o desempenho da última década, quando o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu apenas 1,4% e, após a qual, a indústria apresenta nível de produção inferior ao patamar de 2010.

As propostas apresentadas pela CNI estão divididas em oito grandes temas: tributação, política fiscal, meio ambiente, relações de trabalho, infraestrutura, inovação, comércio exterior e micro, pequenas e médias empresas. "Temos certeza que, se implementadas, essas medidas vão promover o aumento da competitividade, estimular os investimentos e o crescimento da indústria e do Brasil", avaliou Robson Andrade.

Confira as propostas apresentadas pela CNI:

**Tributação** : Aprovar **reforma tributária** e substituir os atuais **tributos** incidentes sobre o consumo (PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI) por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA); Reduzir a alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL de 34% para 20%. A queda de arrecadação pode ser compensada com a tributação de lucros e dividendos (PL 2015/2019); Instituir um programa de parcelamento de débitos tributários dos contribuintes com a União, nos moldes do PL 2735/2020 (Câmara dos Deputados) e do PL 4728/2020 (Senado); Estabelecer percentual de

depreciação mais elevado no primeiro ou nos primeiros anos de realização de investimentos em ampliação da capacidade produtiva ou em infraestrutura.

**Política fiscal** : Realizar a reforma administrativa como foco no aumento da competitividade do setor público e enfrentamento da questão do crescimento constante das despesas com pessoal; Aprovar a PEC 186 (PEC Emergencial), que cria mecanismos de contenção de despesas pelos governos e aumenta os mecanismos disponíveis para retomada do ajuste das contas públicas

**Financiamento** : Prolongar a vigência dos programas emergenciais de financiamento, como o Pronampe (PL 4139/2020) e o PEAC e aumentar o aporte de recursos do Tesouro Nacional quando necessário; Estabelecer entre as prioridades do BNDES: a modernização do parque industrial em direção à Indústria 4.0, e buscar alternativas financeiras para equalização de juros nas linhas do BNDES; Regular o Sistema Nacional de Garantias de Crédito, para o desenvolvimento do mercado e para a ampliação do acesso das pequenas e médias empresas à captação de recursos.

**Meio ambiente** : Aprovar o marco legal nacional para o licenciamento ambiental, o texto substitutivo ao PL 3729/2004.

**Relações de trabalho** : Reeditar o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para permitir a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, e de suspensão do contrato de trabalho; Adotar medidas que permitam adaptações imediatas de rotinas pelas empresas para a retomada do emprego, da produção e da produtividade; Avançar em medidas de curto e médio prazos de modernização, simplificação e eficiência das relações do trabalho

**Infraestrutura** : Aprovar a Nova Lei do Gás Natural (PL 4476/2020). O projeto promove mudanças para um mercado mais aberto e competitivo. A Indústria apoia o texto originalmente aprovado pela Câmara; Reduzir custos e aumentar a competitividade do setor elétrico com a aprovação do PLS 232/2016, que aprimora o modelo regulatório do setor, e o PL 5877/2019, sobre privatização da Eletrobras; Regular o artigo 10-B

da Nova Lei de Saneamento Básico para apontar os indicadores de análise do desempenho das prestadoras e da sua capacidade de investir; Aprovar, na íntegra, o texto enviado ao Senado do PL 4199/2020, que cria o Programa de Estímulo ao Transporte de Cabotagem (BR do Mar) para aumentar a oferta de serviços no setor; Garantir o aumento e a estabilidade de recursos para Pesquisas, Desenvolvimento e Inovação (PD I) e não contingenciar os recursos destinados ao FNDCT; Acelerar a implantação das redes 5G no Brasil, realizar o leilão das frequências de 5G e regulamentar as redes privadas de 5G para uso pela indústria; Instituir o marco legal de Startups com pontos essenciais, entre eles, adequação dos critérios de enquadramento para beneficiar somente empresas de base tecnológica.

Comércio exterior : Modernizar o financiamento público às exportações para obter previsibilidade, segurança jurídica e eficiência na governança dos programas Proex, Seguro de Crédito à Exportação e BNDES Exim; Reduzir a burocracia e os custos do comércio exterior com medidas como: concluir a implantação do Portal Único de Comércio Exterior e eliminar o custo de capatazia do valor aduaneiro; Suspender o processo de redução unilateral da Tarifa Externa Comum em discussão no Mercosul e recalibrar o projeto de abertura comercial, dando preferência à celebração de acordos comerciais.

Micro, pequenas e médias empresas : Regulamentar a transação tributária de débitos do Simples Nacional. Cria um mecanismo perene de renegociação de débitos e facilitação de pagamento, inclusive com a concessão de descontos; Instituir o marco legal de recuperação judicial das micro e pequenas empresas e aprovar, com aprimoramentos, o PLP 33/2020.

\*Estagiária sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/02/4906204-cni-apresenta-25-propostas-para-acelerar-o-crescimento-economico.html>**

# Descontrole da pandemia e segunda onda de Covid abalam confiança e derrubam previsões de recuperação

Por Raphael Martins, G1

O Brasil está há mais de 20 dias com média móvel de mortes pela Covid-19 acima de 1 mil por dia. Agravada pelas reuniões de fim de ano, a segunda onda de contágios se intensifica e, além de ter feito a contagem de vítimas passar de 236 mil, põe em risco o que houve de melhora na economia do país desde o primeiro pico, entre março e abril.

Para economistas ouvidos pelo G1, a pandemia fora de controle empurra indefinidamente o retorno à normalidade e faz com que o impasse não se resolva.

São 5 tópicos principais:

Subida de contágios pelo coronavírus  
Término de programas de auxílio econômico no Brasil  
Atrasos na vacinação contra a Covid-19 em todo o mundo  
Diminuição da confiança do consumidor e do empresário  
Falta de previsibilidade sobre a contenção do déficit das contas públicas

De forma simplificada, o círculo vicioso acontece da seguinte forma: o fim de programas sociais sem substitutos resulta em queda de renda e maior procura por empregos. Com uma disputa mais acirrada por trabalho e dificuldade de acesso à renda, aumenta a desconfiança de quem, mesmo empregado, gostaria de consumir mais.

Sem vacinação robusta para controle da pandemia, segue se arrastando a percepção de que tudo pode voltar a piorar. Por fim, a incerteza de quando esse consumo retornará aos patamares normais faz empresários atrasarem os investimentos - dentre eles, a criação de vagas.

Os economistas procuram entender, agora, se a quebra do ciclo deve vir de nova rodada de estímulos financeiros por parte do governo.

Auxílio Emergencial vai voltar?

Oficialmente, o Auxílio Emergencial foi encerrado na virada do ano. A última parcela foi depositada em 29 de dezembro e, desde então, as classes sociais mais

vulneráveis retornaram ao Bolsa Família ou tiveram ganhos interrompidos.

Além do Auxílio, terminou também outro importante programa de ajuda na pandemia, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm). Neste caso, a retirada afeta principalmente a população de renda média.

Novo Auxílio Emergencial: o que esperar da possível retomada do benefício

O BEm permitia aos empresários diminuir os custos da folha de pagamento por meio da redução da jornada ou suspensão do contrato de trabalho formal - a carteira assinada. Como forma de compensação, o governo pagou um auxílio para complementar os ganhos do trabalhador enquanto o afastamento durasse. Foram mais de 20 milhões de acordos fechados.

Com esse cenário de retirada dos programas sociais e redução do faturamento médio do brasileiro, a consultoria A.C. Pastore revisou para baixo sua projeção do PIB para 2021: a estimativa era de 4,1% e passou a ser de 3%.

Com a pandemia piorando, em tendência crescente, não se encerra a incerteza de resposta do mercado de trabalho. Quem tinha o auxílio não conseguiu substituir a renda e quem tem emprego fica com medo de perdê-lo. Tudo retrai o consumo, diz Paula Magalhães, economista-chefe da A.C. Pastore.

Também pautada no ritmo das vacinas e no fim dos auxílios, a MB Associados também intensificou a queda prevista para o primeiro trimestre do ano, de -0,1% para -0,8%. A consultoria também não descarta uma nova queda no segundo trimestre de 0,3%.

O mercado de trabalho deverá se ressentir, com a taxa de desemprego subindo aos 15% nos próximos meses, por motivos sazonais, mas também pela necessidade de as pessoas começarem a procurar emprego com a saída do auxílio, diz o relatório do economista-chefe Sérgio Vale.

Mesmo depois de negar a possibilidade de prorrogar o Auxílio Emergencial, o presidente Jair Bolsonaro indicou na quinta-feira (11) que o programa deve retornar por três ou quatro meses. Seria em um modelo reduzido em valor mensal e em número de beneficiários.

A equipe econômica do ministro Paulo Guedes se preocupa com o endividamento do país - cuja dívida bruta chegou perto dos 90% do **PIB** no ano passado - e em manter o teto de gastos, emenda constitucional que atrela o aumento de despesas à **inflação**.

Para permitir o gasto intenso durante a pandemia, foi decretado estado de calamidade pública, que liberava despesas em caráter emergencial e também se encerrou no fim de 2020.

A corrente majoritária dos economistas atribui à regra do teto o ambiente para manutenção de juros baixos, que segura a escalada da dívida pública e permitiria uma saída mais rápida da crise por meio de investimentos empresariais. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse, inclusive, que um retorno do auxílio sem contraparte resultaria em alta da taxa Selic.

Líder do governo defende ampliar Bolsa Família para substituir auxílio e 'filtro' em cadastros

Mas há uma corrente crescente de economistas que discorda, pois defende que o apoio necessário durante a crise ainda dependeria de manobras fiscais e monetárias por parte do governo.

Acaba surgindo um medo de acabar o teto de gastos porque, no momento, a discussão é gastar sem outra política fiscal para colocar no lugar. Se é o caso de mudar o teto ou inserir auxílios, precisaria explicar o que vai fazer para ter os gastos sob controle e ancorar as expectativas em um modelo fiscal , diz Paula Magalhães.

Na hipótese de nenhum programa social ser criado, e nem que o Auxílio Emergencial fosse prorrogado, uma fatia de 10% a 15% da população brasileira cairia para a linha da pobreza extrema neste ano. Outros 30% a 35% iriam para a linha da pobreza. Os cálculos são do economista Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

Uma pesquisa já apontou que só em janeiro, o fim do auxílio empurrou 2 milhões de brasileiros para a pobreza.

Confiança em queda

Ainda que se discuta a trajetória de gastos públicos, o abalo dos índices de confiança da Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos últimos meses está mais relacionado ao avanço da Covid-19.

Exceto a confiança da Indústria, os outros três índices principais passaram a apontar para baixo no último trimestre de 2020, assim que as mortes pela doença voltaram a subir. Em janeiro, até mesmo a Indústria trocou o sinal.

Os indicadores de confiança são divididos em situação atual e expectativa futura. No quarto trimestre, houve piora mais forte da expectativa, mas, no começo de 2021, o sentimento de pessimismo passou a afetar também o presente , afirma Rodolpho Tobler, economista do Ibre/FGV.

Segundo Tobler, os atrasos na vacinação impactaram menos as expectativas do que a força da segunda onda da Covid-19. Isso porque era esperado que os efeitos de uma vacinação em massa seriam percebidos de forma mais clara no segundo semestre, mas não se esperava o retorno de dias em fase vermelha em São Paulo e lockdown em Belo Horizonte, dentre outros efeitos da pandemia.

Há um medo claro de perda de demanda. O clima negativo talvez fosse menor se houvesse mais clareza de quais os planos do governo nesse buraco entre piora da pandemia e espera até o resultado das vacinas , diz.

Poderia ser pior?

O Itaú Unibanco possui um medidor próprio de atividade econômica. Ele rastreia determinados setores da economia para saber se há aquecimento da economia no período. Depois de uma crescente feroz com o afrouxamento do isolamento social, o índice passou a oscilar desde setembro.

A equipe do banco, contudo, entende o freio no crescimento como natural, pois se tratava de um comparativo com contração muito intensa. Mas, assim como os demais economistas consultados, as atenções estão no aumento de restrições com a piora do vírus e a retirada dos auxílios.

Teoricamente pode gerar contração da economia, mas os dados de janeiro mostram estabilidade em vez de queda. Estar estável com ventos contra é, de certa forma, positivo , diz Luka Barbosa, economista do Itaú Unibanco.

Barbosa diz ainda que outros setores que não são monitorados pelo indicador diário, como agricultura, indústria extrativa, intermediação financeira, setor

imobiliário e de construção cresceram bem no último trimestre de 2020, e trazem uma recuperação do ponto de vista de **PIB**.

O banco, inclusive, acredita que as exportações terão um papel importante mais uma vez em 2021, visto que a China, principal parceiro comercial do Brasil, se recuperou bem da crise e está em fase de compensar a demanda reprimida pela pandemia. Os Estados Unidos, segundo lugar na lista, possuem planos ambiciosos de vacinação que devem se resolver ainda neste ano.

Tem muitos estímulos monetários e fiscais em ação, que estão puxando a demanda por commodities. Isso ajuda o Brasil e deve continuar como vetor positivo de crescimento, afirma o economista.

A vacinação em massa no Brasil, contudo, seria o impulso necessário para que volte a patamares satisfatórios o setor de serviços, o mais afetado pela necessidade de distanciamento e o mais importante para geração de empregos. O banco estima que, mesmo sem o término da campanha de vacinação, o segundo semestre terá um patamar de vacinação suficiente para que as atividades do setor saiam da lona.

Bolsa estagnada depois de recordes

Depois de chegar a 125 mil pontos na primeira semana de 2021, a bolsa passou a andar de lado. Como de costume, investidores estão de olho na agenda fiscal do país e as perspectivas de ajuste de contas.

Apesar de as eleições para o comando do legislativo terem terminado com resultado positivo para o governo Jair Bolsonaro, o arranque de casos de coronavírus desviou as atenções do mercado financeiro da agenda de reformas estruturais para o financiamento da nova rodada de ajuda à economia.

Não é mais questão de se vai ter, mas como vai ser implementado o novo Auxílio Emergencial, diz Fabio Akira, economista-chefe da BlueLine Asset Management.

Para o analista, três cenários estão postos à mesa. No mais positivo, o novo auxílio seria instaurado paralelamente à tramitação de alguma medida de sustentabilidade fiscal. Em suma, um corte de gasto para compensar a nova despesa. No cenário intermediário, o Auxílio seria compensado com algum tributo temporário. No pior, seria incorporado sem contrapartidas.

O mercado nem está com muita expectativa sobre a

**reforma tributária**, a administrativa e a desvinculação de gastos. Acabou virando secundário. É uma pena, pois poderia trazer oportunidade de ganhos maiores ao país, diz.

O dólar também se tornou indicativo claro do impacto dos ruídos da agenda econômica. Como lembra o economista, a moeda americana passou por um momento de fraqueza internacional desde meados do ano passado, graças à expansão fiscal americana.

O Brasil surfou nessa onda em poucos momentos, quando a incerteza doméstica estava sob controle, mas acabou mais penalizado que a média dos países emergentes. Em 2020, o dólar teve valorização de 29% sobre o real. Em 2021, acumula mais 3,5% de alta.

VÍDEOS: Últimas notícias de Economia

**Site:**

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/12/descontrole-da-pandemia-e-segunda-onda-de-covid-abalam-confianca-e-derrubam-previsoes-de-recuperacao.ghtml>

# Bolsonaro e irritadinhos da Faria Lima. E o teorema para diminuir impostos

**Reinaldo Azevedo**

Xiii... O presidente Jair Bolsonaro deixou magoada parte da moçada que circula ali pela Faria Lima e que acreditou, logo de cara - não foi só voto contra o PT -, que o Capitão era a solução para os problemas do Brasil. Ou, ao menos, para o que entendiam ser os problemas do Brasil.

Na sua live estilo Al Qaeda desta quinta, Bolsonaro se zangou com os mercados. Reagiram mal quando ele decidiu interferir nos preços da Petrobras. O buchicho também não foi nada bom com essa história de auxílio emergencial .

Uma conjunção de fatores criou uma disjuntiva entre o Brasil dos tais mercados e aquele em que se movem os milhões de brasileiros sem vacina, sem emprego e sem renda, mas com um vírus circulando freneticamente e outro, ainda mais perigoso, a assombrar.

Como Guedes ainda é considerado a âncora - com a devida vênia, não sei bem de quê - e como nada indica que vá deixar o cargo, então se aposta que ele uma hora põe ordem no que se vê lá como bagunça. Alheia às advertências da ciência, essa gente levou mesmo a sério a história de que o ciclo do auxílio emergencial teria chegado ao fim.

E a certeza de que será ressuscitado gerou ruído. Bolsonaro se zangou. Afirmou que isso é coisa de quem nunca passou fome . E deu um pito na moçada:

O pessoal do mercado... Qualquer coisa que se fala, vocês ficam irritadinhos na ponta da linha, né? Sobe dólar, cai a Bolsa. Pessoal, se o Brasil não tiver um rumo, todo mundo vai perder -- vocês também. Então vamos deixar de ser irritadinhos , porque não vai levar a lugar nenhum. Estamos buscando soluções .

Seja ló o que isso signifique.

Bem, nessas horas, suponho, as pessoas desses tais mercados devem fazer de conta que a lógica e os fatos não existem e entrar em sua bolha, fazendo as suas apostas segundo o que vai nesse mundo paralelo.

Por que afirmo isso? O grande nó do auxílio

emergencial é não haver dinheiro. O governo precisaria conciliar corte severo de gastos com fim de formas variadas de renúncias fiscais -- ou isenções ou incentivos. Nada é fácil. Afirmou o presidente:

Toda vez que se fala em reduzir a maioria dos **impostos**, você tem que ou majorar outros **tributos**, ou criar um novo. Estamos tratando disso [com a Economia] porque pode ser que exista uma cláusula de excepcionalidade para isso. Estamos na pandemia, a crise está aí. No que depender de mim, quero reduzir PIS/Cofins, num primeiro momento, para o diesel .

Não sei o que tentou falar. Quer dizer que sempre será preciso majorar **impostos** quando se fala em... corte de **impostos**? Até pode ser assim. Mas é isso o que tem a dizer sobre **reforma tributária**? E lá está ele de olho na sua base. Num primeiro momento, afirma querer reduzir PIS/Cofins do diesel. Sei. Segundo a sua própria fórmula, algum outro imposto tem de aumentar.

Dada a barafunda, o mercado está bem pouco nervosinho . Já não aposta tanto assim em Guedes, mas teme feitiçaria pior.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2021/02/12/bolsonaro-e-irritadinhos-da-faria-lima-e-o-teorema-para-diminuir-impostos.htm>

# Empresas com dívida tributária devido à pandemia terão rodada de renegociação

**Fabio Graner e Juliano Basile De Brasília**

Como parte das ações que o governo está tomando para o enfrentamento da segunda onda da covid-19, a Procuradoria-geral da Fazenda Nacional (PGFN) abriu nova rodada de transação tributária - o programa de renegociação de dívidas de empresas e pessoas físicas com o fisco. O alvo agora são os débitos tributários contraídos devido à pandemia durante o período "de março a dezembro de 2020".

A transação tributária tem alguma semelhança com os antigos Refis porque dá grandes descontos em dívida tributária, mas com a principal e fundamental diferença que seu benefício está vinculado à capacidade de pagamento do contribuinte e quem está bem financeiramente não tem o direito de aderir. A decisão de abrir essa rodada visa também inibir tentativas de Refis que estão em curso no Congresso.

A nova rodada consta da Portaria n- 1.696, publicada ontem no "Diário Oficial". A PGFN estima que o programa deve renegociar cerca de R\$ 1,2 bilhão em débitos tributários inscritos na dívida ativa. O montante é uma estimativa "conservadora", segundo o procurador Everaldo Souza Passos Filho, coordenador de acompanhamento e controle geral da dívida ativa.

Ela é baseada na média histórica de adesão a esse tipo de programa.

Esse volume, explicou, representa cerca de 10% do estoque de dívida que poderia ser renegociada. O técnico ressaltou ao Valor que a característica que diferencia essa nova rodada de transação é o foco na pandemia. Passos estima que o programa deve gerar R\$ 333 milhões aos cofres do governo até 2024, sendo R\$ 40 milhões neste ano. Ele destaca que "quem pode pagar não terá o benefício".

De acordo com a portaria, a transação terá início em março e inclui as empresas inscritas no Simples e também com débitos do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) relativos ao exercício de 2020. O programa permanecerá aberto até o dia 30 de junho.

Essa é a terceira medida tomada pelo governo para o enfrentamento da segunda onda da covid-19. Na sexta passada, houve antecipação de pagamento do último lote do abono salarial do PIS/Pasep. Anteontem, foi

reeditada MP que desburocratiza o crédito, eliminando exigência de uma série de documentos. Outras estão no radar e a mais esperada é a de renovação do auxílio emergencial, alvo de forte pressão do Congresso.

Segundo a PGFN, a renegociação será feita não só com base em avaliação da capacidade de pagamento do contribuinte, mas também dos impactos econômicos e financeiros que empresas e pessoas físicas sofreram durante a pandemia no ano passado.

"Para tal finalidade, no caso de pessoa jurídica, considera-se impacto na capacidade de geração de resultados a redução, em qualquer percentual, da soma da receita bruta mensal de 2020 (com o início no mês de março e o fim no mês imediatamente anterior ao mês de adesão), em relação à soma da receita bruta mensal do mesmo período de 2019", informa a PGFN. "Já para as pessoas físicas, considera-se impacto no comprometimento da renda a redução, em qualquer percentual, da soma do rendimento bruto mensal de 2020 (com início o no mês de março e o fim no mês imediatamente anterior ao mês de adesão), em relação à soma do rendimento bruto mensal do mesmo período de 2019."

Segundo a nota, o desenho da transação tributária permitirá entrada equivalente a 4% do valor total das inscrições selecionadas, que poderá ser parcelada em até 12 meses. O restante do sado devedor poder ser dividido em até 72 meses para pessoas jurídicas, com possibilidade de descontos de até 100% sobre os valores de multas, juros e encargos, respeitado o limite de até 50% do valor total da dívida.

No caso das pessoas físicas, poderá ser dividido em até 133 meses, mesmo critério válido para empresários individuais, microempresas, empresas de pequeno porte, instituições de ensino, Santas Casas de Misericórdia, cooperativas e demais organizações da sociedade civil, com possibilidade de descontos de até 100% sobre os valores de multas, juros e encargos, respeitado o limite de até 70% do valor total da dívida.

A advogada tributarista Daniela Duque Estrada, sócia do escritório Castro Barros Advogados, destaca a previsão de uso do mecanismo de negócio jurídico Processual (NJP) nesse programa. "Com o NJP há a

possibilidade de equacionamento da dívida, através de acordo sobre garantias e possível alienação de bens para o pagamento dos valores transacionados, permitindo que se busque todos os meios disponíveis para o contribuinte regularizar a situação fiscal, atendendo-se, com isso, ao princípio de cooperação entre o fisco e contribuintes", afirma Daniela.

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, que ajudou na formulação do instrumento, destaca que a transação já renegociou R\$ 81,9 bilhões em débitos. Segunda a SPE, o cenário de recuperação econômica retira qualquer justificativa para a edição de um parcelamento de **tributos** abrangente. "Ao contrário, reforça a importância da transação focalizada em contribuintes ainda em dificuldades pela pandemia.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186682?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186682?page=1&section=1)**

# Projeto sobre ICMS de combustíveis vai hoje ao Congresso, promete presidente

*Matheus Schuch e Fabio Graner De Brasília*

O presidente Jair Bolsonaro prometeu enviar hoje ao Congresso um projeto de lei propondo mudanças na cobrança do ICMS de combustíveis. Pressionado por caminhoneiros sobre os sucessivos aumentos no preço do diesel, Bolsonaro tentará compartilhar o desgaste com governadores e quer repassar ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a responsabilidade de definir como se dará a incidência do imposto.

Em live nas redes sociais, o presidente admitiu que gostaria de ter enviado o texto ontem ao Legislativo e atribuiu o "atraso" à equipe econômica.

Bolsonaro defende que os Estados adotem um valor fixo, e não percentual, para cobrança do ICMS, e que seja considerado o preço na refinaria. Hoje, o cálculo é feito com base no preço médio das bombas.

"Nós queremos que o Confaz decida qual percentual vai incidir no litro dos combustíveis ou valor fixo", explicou. "Em um segundo momento, os governadores vão decidir junto às Assembleias [Legislativas]."

Bolsonaro critica a "bitributação", na medida em que o ICMS considera o valor que já traz **impostos** federais e a margem de lucro dos empresários. O presidente editará decreto exigindo que os postos informem composição do preço dos combustíveis.

Para tentar uma resposta rápida, o presidente tenta reduzir o PIS/Cofins, que hoje é de R\$ 0,35 por litro de diesel.

"Estou em queda de braço com a Economia para tratar da redução do PIS/Cofins", explicou, citando a dificuldade de achar fontes para compensar a perda de receita. "Brigar com a equipe econômica para diminuir **[impostos]** não é fácil, mas queremos fazer isso com tranquilidade."

O presidente também criticou a reação do mercado diante das notícias sobre a retomada do auxílio emergencial. "Uma das maneiras de reduzir combustível é o dólar cair, mas qualquer boato na imprensa este mercado nosso, irritadinho, sobe o dólar", declarou Bolsonaro.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186682?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186682?page=1&section=1)**

# Câmara e governo negociam pacote para empresas de eventos

**Raphael Di Cunto, Fabio Granere Marcelo Ribeiro De Brasília**

Deputados e a equipe econômica do governo negociam um pacote de auxílio as empresas do setor de eventos atingidas pela pandemia, com a abertura de uma rodada especial do sistema de transação tributária e a concessão de crédito. A intenção dos parlamentares é que o projeto seja votado em plenário nas próximas semanas, mas há entraves que tem dificultado o avanço da proposta, como a inexistência de uma Lei Orçamentária Anual (LOA) em 2021 para custear o subsídio aos financiamentos.

Segundo o Valor apurou com integrantes da equipe econômica e deputados, já há um consenso: a criação de um rodada nova de renegociações de dívidas com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com prazo e desconto especial para empresas de realização de eventos, shows, casas noturnas e de espetáculos, hotelaria e administração de salas de cinema. O governo defende que a regulamentação das atividades específicas a serem beneficiadas ocorra por regulamento (não existe formalmente um setor de eventos), até para que não seja ampliada por pressão de lobbies no plenário.

A deputada Renata Abreu (Podemos-SP) já incorporou algumas sugestões preliminares do governo ao parecer, mas as negociações prosseguirão na próxima semana, inclusive em meio ao carnaval. Os deputados, porém, querem que as dívidas com a União possa ser renegociadas em até 145 meses e receber desconto de até 70% para todas as empresas. Já técnicos do governo dizem que, para isso, seria necessário modificar a lei, porque esses valores são apenas para micro e pequenas empresas. As demais têm descontos menores, de até 50%, e prazo inferior.

A transação tributária tem alguma semelhança com os famosos "Refis", mas difere porque nessa modalidade o valor exato do desconto depende de uma análise da capacidade de pagamento da empresa, enquanto nos antigos programas de parcelamentos tributários o desconto e prazo eram iguais para todos, fossem grandes ou pequenos. A ideia inicial do Congresso era um Refis nos velhos moldes, mas a equipe econômica foi taxativamente contra e sugeriu esse outro mecanismo. A ideia foi aceita pelos parlamentares e agora a discussão é mais sobre o desenho do

programa de renegociação.

A PGFN também está analisando outros setores para fazer transações tributárias específicas.

Segundo a relatora do projeto, o entrave para o avanço do projeto é a criação de uma linha de crédito nos moldes do extinto Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). A linha vigorou no ano passado e tinha juros de cerca de 3,5% ao ano graças a uma garantia dada pelo governo aos bancos.

Autor do projeto, o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) diz que, apesar do sucesso do Pronampe, o crédito não chegou para as empresas do setor de eventos pelo receio dos bancos sobre a capacidade de pagamento dos empréstimos. "O crédito precisa ser carimbado. Se for oferecido para todos os segmentos, os bancos não emprestam para o setor de eventos. Preferem financiar o agronegócio, a indústria, os serviços, porque eles voltaram as atividades normais enquanto as empresas e trabalhadores de eventos continuam parados", disse.

Técnicos da equipe econômica justificaram, porém, que não há Orçamento aprovado para 2021, o que dificulta destinar valores como garantia para os bancos. No lugar, sugeriram reeditar medida que também vigorou no ano passado para dispensar os bancos públicos de exigirem certidões negativas para realizar empréstimos, o que já foi acionado ontem com a MP 1.028. Os parlamentares, porém, acham insuficiente.

O projeto teve o regime de urgência aprovado quarta-feira na Câmara, após ato organizado pelo setor reunir 116 parlamentares em Brasília. Carreras e o ministro do Turismo, Gilson Machado, estiveram com o presidente Jair Bolsonaro, que determinou que a equipe econômica negocie. Parte das sugestões dos deputados, porém, já foram rejeitadas, como a intenção de que o setor fique cinco anos sem pagar **impostos** federais.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186682?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186682?page=1&section=1)

# Tombo dos serviços trava retomada do PIB

**MARINA BARBOSA**

Responsável pela maior parte da economia e dos empregos do país, o setor de serviços despencou 7,8% em 2020. O resultado, divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), evidencia a dificuldade do setor de enfrentar as medidas de distanciamento social impostas pela pandemia de covid-19. E, segundo especialistas, pode prejudicar o resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste primeiro trimestre de 2021.

O recuo de 7,8% é o maior da série histórica da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), iniciada em 2012. De acordo com o IBGE, foi sentido por mais de 70% dos 166 tipos de serviços analisados no país. É que, como atividades importantes para o setor, como restaurantes, hotéis e academias ainda estão operando com limitações devido à covid-19, os serviços têm demorado mais do que o comércio e a indústria para se recuperar do choque sofrido no início da pandemia. O IBGE calcula que o setor ainda está 3,8% abaixo do patamar pré-pandemia.

"A necessidade do isolamento social, o fechamento de diversos estabelecimentos considerados não essenciais, o receio de contágio das famílias, a inexistência de uma medicação que combata a covid-19 e o horizonte de tempo ainda distante de uma vacinação em massa são fatores que atuam como um limitador de uma recuperação mais acelerada do setor, sobretudo, em relação aos de caráter presencial", explicou o gerente da PMS, Rodrigo Lobo. A recuperação ficou ainda mais lenta a partir do fim do ano, quando muitas cidades precisaram endurecer as medidas de isolamento social por conta do recrudescimento da pandemia e os brasileiros viram o auxílio emergencial chegar perto do fim. Os dados do IBGE mostram que, depois de seis meses de recuperação, o setor voltou ao vermelho em dezembro. A queda foi de 0,2% no mês, mas pode se intensificar neste início de ano, segundo especialistas. "A desaceleração reflete a segunda onda da pandemia, mas foi bem disseminada. E, junto ao tombo de 6,1% sofrido pelo comércio em dezembro, indica que o início de ano vai ser difícil. Essa tendência deve se intensificar, pois a pandemia exigiu novas restrições à mobilidade social neste ano", afirmou a economista do Ibre/FGV, Luana Miranda.

Raiz quadrada

O Ibre projeta uma queda de 0,5% do **PIB** do Brasil no

primeiro trimestre de 2021. Já o economista-chefe da Necton Investimentos, André Perfeito, disse que a queda pode ser até maior, e afirmou que, diante disso, a recuperação em V, defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, foi posta em xeque novamente. "Estamos em uma recuperação em raiz quadrada. Caiu e começou a subir de forma acelerada, mas depois estagnou", lamentou. "A desaceleração é nítida em todos os setores. Isso mostra a necessidade de o governo retomar medidas emergenciais que amorteçam essa queda enquanto a vacinação avança. E deve levar o mercado a rever as projeções do **PIB** de 2021", completou o economista Fábio Bentes, da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Ele acredita que a expectativa de crescimento econômico para este ano deve sair dos atuais 3,47% para algo mais próximo de 3%. E revisou a expectativa de crescimento dos serviços em 2021, de 3,7% para 3,5%, lembrando que essa dificuldade do setor também deve retardar a recuperação do emprego. "É um setor que emprega bastante", explicou.

"!A desaceleração reflete a segunda onda da pandemia, mas foi bem disseminada. E, junto ao tombo de 6,1% sofrido pelo comércio em dezembro, indica que o início de ano vai ser difícil" Luana Miranda, economista do Ibre/FGV

# Bolsonaro exalta presidentes da ditadura e regime 'um pouco diferente do que temos hoje'



O presidente em evento no Maranhão nesta quinta-feira Alan Santos/Divulgação Presidência

## **Brenda Serra e João Pedro Pitombo**

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) exaltou os cinco presidentes militares que o Brasil teve de 1964 a 1985 e classificou a ditadura militar, período marcado por violações à democracia e aos direitos humanos, como um regime "um pouco diferente do que temos hoje".

As declarações foram dadas nesta quinta-feira (11) em uma cerimônia de entrega de títulos de posse a agricultores de Alcântara, no Maranhão.

O município abriga o Centro de Lançamento de Alcântara, base de onde partem foguetes da Força Aérea Brasileira, inaugurada em 1983. Bolsonaro o saudou como uma das principais obras realizadas durante a ditadura militar.

"Isso aqui nasceu em 1983 e foi mais uma das grandes obras dos cinco presidentes militares que tivemos no Brasil. Grandes obras ao longo de 21 anos onde vivia um regime de... um pouco diferente do que temos hoje, mas de muita responsabilidade com o futuro do país", disse.

O regime citado por Bolsonaro organizou uma estrutura dedicada a tortura, morte e desaparecimento de opositores. Os números da repressão não são exatos, uma vez que a ditadura nunca reconheceu esses episódios.

Auditorias da Justiça Militar receberam 6.016 denúncias de tortura por práticas como pau de arara,

choques elétricos, estrangulamento, tentativas de afogamento, golpes com palmatória, socos, pontapés e outras agressões. Estimativas posteriores depois apontam para 20 mil casos.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) listou 191 mortos e o desaparecimento de 210 pessoas. Outros 33 desaparecidos tiveram seus corpos localizados posteriormente, elevando o total a 434 pessoas.

Na fala desta quinta-feira, Bolsonaro destacou a importância do acordo entre Brasil e Estados Unidos para o uso comercial da base de Alcântara, promulgado em fevereiro de 2020 ainda no governo de Donald Trump, e disse acreditar que a parceria será mantida com o presidente Joe Biden.

"O povo americano, eles são voltados para o interesse da nação. Muda governo, mas pouca coisa muda. Acredito que todos os acordos que assinamos com o governo Trump serão mantidos no governo Biden", disse o presidente, em entrevista à imprensa após a cerimônia.

O presidente também disse que o cardo, que vai permitir o uso comercial da base pelos norte-americanos, vai incrementar a economia da região. "Isso aqui é comércio para bilhões e bilhões de dólares. E nós estamos entrando agora nesse seleto grupo que trata de lançamentos [de foguetes]. Tudo que fazemos no Brasil tem um passado, tem um meio e tem um fim."

O presidente citou o repasse de R\$ 13 bilhões do governo federal para a população do Maranhão por meio do auxílio emergencial em 2020. Reafirmou que o governo federal estuda prorrogar o auxílio por mais três ou quatro meses.

Bolsonaro também citou repasses feitos pelo governo federal em 2020 ao Maranhão, de R\$ 18 bilhões, valor que inclui as verbas constitucionalmente obrigatórias, ou seja, que o governo tem que repassar para o estado.

Destacou que cerca de R\$ 1,3 bilhão foi para a saúde,

sendo R\$ 190 milhões destinados à abertura de leitos de UTI para o tratamento da Covid-19.

Ao contrário de eventos públicos anteriores, não bateu de frente com governadores nem criticou a vacina para a Covid-19. Mas, na entrevista, voltou a criticar a adoção de medidas restritivas para combater a pandemia.

"Tem que acabar com essa história de fecha tudo. Devemos cuidar dos mais idosos. Agora, o resto tem que trabalhar. Caso contrário, o Brasil pode perder crédito e a inflação vem", declarou.

O presidente aproveitou a visita ao estado para citar o Guaraná Jesus como um dos atrativos turísticos do Maranhão.

Em sua visita anterior ao estado, Bolsonaro gerou polêmica ao fazer uma piada homofóbica associada ao refrigerante, que é cor-de-rosa.

Por fim, o presidente da República destacou a importância da entrega dos títulos de propriedade para os agricultores de Alcântara. Aproveitou a oportunidade para criticar a atuação de entidades de luta pela terra como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

"Como combatemos a invasão de terra? Concedendo o título de propriedade aqueles que tem a posse [da terra]. Não adianta um plano de reforma agrária e não dar um papel no final", afirmou.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Lei de autonomia prevê BC mais atento ao mercado de trabalho

**Larissa Garcia - Brasília**

O projeto de autonomia do Banco Central, que foi aprovado na quarta-feira (10) na Câmara, inclui entre as obrigações secundárias da autoridade monetária fomentar o emprego e suavizar oscilações na atividade econômica.

Já avaliado pelo Senado, o texto agora segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Na prática, a proposta oficializa o que já ocorre hoje: a autarquia é responsável pelo controle de **inflação**, mas de forma secundária também olha para o mercado de trabalho e, sobretudo, para o crescimento da economia.

A inclusão das atribuições em lei, entretanto, mesmo que os preços sejam o alvo central, pode aumentar a cobrança para que o BC trabalhe para estimular a economia e fomentar o emprego em tempos de crise, segundo especialistas.

Hoje, além de garantir o poder de compra da moeda, a autoridade também precisa assegurar a estabilidade do sistema financeiro, ponto que permaneceu na proposta.

Economistas consultados pela Folha afirmam que a mudança não deve afetar os rumos da política monetária, ao menos a curto e médio prazo, mesmo diante de pressão no Legislativo, para o qual o Banco Central terá de prestar contas a cada semestre.

O texto-base passou na Câmara sem mudanças em relação ao aprovado em novembro no Senado.

Para o economista-chefe da JF Trust Investimentos, Eduardo Velho, a mudança deve aumentar o nível de cobrança em cima dos objetivos secundários, especialmente no Congresso, mas o mandato fixo, que impede mudanças na diretoria a cada troca de presidente da República, dá mais poder para que o BC não ceda a pressões na condução da política monetária.

"As cobranças existirão, mas mesmo feitas de forma mais explícita não devem mudar a forma de atuação porque a autonomia por si só calibra isso, mesmo que ela venha do Congresso", diz.

Para o analista, os novos objetivos podem dar mais transparência na comunicação do BC.

"O texto é bem claro quanto às atribuições e coloca a **inflação** como central, isso pode ajudar a entender como é de fato sua atuação. Além disso, é possível que, nos relatórios de **inflação** e nas atas do Copom [Comitê de Política Monetária], haja mais detalhes das análises e projeções para o emprego e para a atividade", afirma.

O economista-chefe da consultoria Análise Econômica, André Galhardo, concorda que o projeto destaca os objetivos do BC com clareza, mas também afirma que podem trazer mais pressões para que o BC olhe para a atividade e para o emprego.

"Isso não compromete a capacidade ou a autoridade do BC porque o próprio texto diz que ele precisa controlar a **inflação**. Embora também tenha de olhar para a atividade, não há prejuízo para a atribuição central, que é garantir o poder de compra da moeda", diz.

"Não vejo essa convivência do BC com uma **inflação** mais elevada porque formalmente precisará olhar para a atividade ou estimular o emprego, mesmo que haja uma pressão adicional do Poder Legislativo", afirma.

Galhardo também acredita que a oficialização das atribuições possa ampliar as análises nos comunicados do BC.

"Se há preocupação, ainda que de forma secundária, com a atividade econômica, creio que terá de mudar seus relatórios e incluir de forma mais detalhada essas questões", diz.

Velho, da JF Trust Investimentos, pondera que hoje não há possibilidade de fazer o mandato duplo -com **inflação** e emprego como atribuições principais- porque o país ainda não superou completamente o problema da **inflação**.

"Há pouco tempo tínhamos hiperinflação, o sistema de metas é relativamente novo. Com o amadurecimento da economia, com juros estruturais mais baixos e **inflação** controlada, podemos pensar em nos equiparar com países desenvolvidos, como o Fed

[Federal Reserve, o banco central americano], temos um longo caminho pela frente", diz.

O banco central americano, além de preços estáveis, busca também estimular a criação de empregos.

Recentemente, o Fed indicou que deverá tolerar um nível de **inflação** acima da meta por alguns anos para que o nível de desocupação caia, dando maior importância ao mercado de trabalho, que foi afetado pela pandemia de Covid-19.

"Não vejo o BC brasileiro fazendo isso, deixando os juros a 2% ao ano para estimular o emprego em detrimento da **inflação**", diz Galhardo.

Marcelo Kfoury, professor e coordenador do Centro Macro Brasil da FGV-EESP, também tem a avaliação de que a mudança não afetará política monetária. "O BC consegue suavizar o ciclo [econômico], mas não criar demanda, então nesse sentido não teria tanta potência", diz.

"É importante destacar que pleno emprego não é máximo emprego, mas um nível de ocupação que não gere **inflação**. Estimo que esse patamar esteja entre 9% e 10%. Abaixo disso há impacto nos preços", afirma.

Segundo o analista, com a falta de mão de obra e a economia aquecida, a empresa remunera mais o funcionário e repassa os custos. Além disso, o consumo aumenta e a **inflação** sobe.

"Quando se segue uma meta de **inflação**, mantendo a economia estável, indiretamente você está olhando para o mercado de trabalho, então já está dentro do regime. Mas, se fosse mandato dual, seria mais leniente com a **inflação**", diz o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez.

Para ele, incluir o emprego como atribuição principal seria prejudicial à economia.

"É contraproducente em um país com uma memória inflacionária forte. Quando tivermos uma economia minimamente mais desenvolvida, começaremos a falar de mandato dual, quando a política monetária tem potência maior que a fiscal", afirma.

Como será a autonomia do Banco Central

#### DEVERES

Banco Central tem como objetivo principal assegurar a estabilidade de preços

Também terá como meta zelar pela estabilidade e pela

eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego

#### DIRETORIA

Novo membros, sendo um deles o presidente

#### ESCOLHA

O presidente e os diretores serão indicados e nomeados pelo presidente da República, após aprovação dos nomes pelo Senado

#### MANDATO

Duração de quatro anos, tanto do presidente quanto dos diretores; os mandatos serão intercalados

Em até 90 dias após a entrada em vigor da lei, deverão ser nomeados o presidente e oito diretores do BC

O presidente e dois diretores terão mandatos até 31 de dezembro de 2024

Dois diretores terão mandatos até 31 de dezembro de 2023

Dois diretores terão mandatos até 28 de fevereiro de 2023

Dois diretores terão mandatos até o dia 31 de dezembro de 2021

Todos poderão ser reconduzidos uma vez, por decisão do presidente

#### CONDIÇÕES PARA SAÍDA

O presidente e os diretores do BC podem ser exonerados a pedido ou caso sejam acometidos de uma doença que incapacite o exercício do cargo

Também podem ser exonerados se condenados, mediante decisão transitada em julgado -quando não cabem mais recursos- ou proferida por órgão colegiado, pela prática de improbidade administrativa ou de crime cuja pena proíba, temporariamente, o acesso a cargos públicos. E quando apresentarem desempenho insuficiente para alcançar os objetivos do BC

#### LIMITES

O presidente do BC perde o status de ministro e é vedado de exercer outro cargo, emprego ou função, públicos ou privados, exceto o de professor, e de ter

participação acionária, direta ou indireta, em instituição do sistema financeiro sob supervisão do BC, restrição que se estende a cônjuges e parentes até o segundo grau

O presidente do BC não poderá participar do controle societário ou exercer atividade profissional direta ou indiretamente, com ou sem vínculo empregatício, junto a instituições do sistema financeiro nacional, após o exercício do mandato, exoneração a pedido ou demissão justificada, por um período de seis meses

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>**

**35**

## 2021, apertem os cintos (2)

**Nathan Blanche**

Na virada do ano os mercados no Brasil surfaram a onda da euforia internacional, em meio à vitória de Joe Biden, seu pacote de quase US\$ 2 trilhões e o avanço na produção e aplicação de vacinas. O Ibovespa partiu de 94 mil pontos em novembro para 125 mil na primeira semana de janeiro (alta de 33%), enquanto o câmbio caiu de R\$ 5,70 por dólar para R\$ 5,35 no mesmo período.

Todo esse otimismo se verificou mesmo sob sinais inequívocos de que as coisas não iam tão bem no encaminhamento de graves problemas internos: I Não havia (e não há até agora) um Orçamento aprovado para 2021. Vai ter auxílio emergencial? PEC emergencial?

O teto será cumprido?

Gastamos e nos endividamos muito mais que média dos emergentes em 2020 para combater a pandemia, mesmo tendo menor espaço fiscal para isso. Em 2019 nossa dívida bruta era de 92% do **PIB** pela metodologia do FMI (que inclui todos os títulos do Tesouro em poder do Banco Central), ante a média de 54% do **PIB** entre os emergentes. Mesmo assim, gastamos em torno de 8,3% do **PIB** no combate à pandemia, muito acima da média de 3,5% do **PIB** dos emergentes do G-20. Com isso nossa dívida bruta deu um salto de 15 pontos percentuais do **PIB** em menos de um ano, atingindo mais de 100% do **PIB** ao final de 2020 pela métrica do FMI. Ou seja, apesar de sermos um país de renda média, que cresce menos que seus pares, adotamos uma política fiscal similar à de países ricos.

Como decorrência disso, haverá em 2021 um volume recorde de vencimentos de títulos a serem rolados pelo Tesouro (R\$ 1,35 trilhão, um aumento de 72% em relação aos R\$ 783 bilhões de 2020).

I Não havia (e ainda parece não haver) um plano claro e efetivo de vacinação nacional.

Ficamos, mais uma vez, atrasados em comparação a outros países do mundo, em meio a briguinhas políticas entre União e Estados.

I Os riscos políticos eram (e continuam sendo) crescentes.

Como funcionará a "política tradicional" sob o

comando de Bolsonaro? Vamos alterar nossa política externa?

O presidente Bolsonaro, que vê sinais de recuo em sua popularidade, acuado pela pressão pública e pelos mais de 50 pedidos de impeachment, poderá facilmente enveredar pelo populismo econômico.

O presidente parece ter abandonado a promessa de campanha de fazer uma "nova política". A busca por maior apoio político e a tentativa de melhorar sua popularidade em ano pré-eleitoral, oferecendo mundos e fundos, agora esbarra numa antes inexistente restrição orçamentária: o teto dos gastos. O cobertor está ainda mais curto. Nas atuais condições, pequenos erros na política econômica custarão muito caro, econômica e politicamente.

Na política externa, o Brasil foi um dos últimos a reconhecer a vitória de Biden. E a inexistência de uma política positiva em defesa do meio ambiente continua prejudicando os investimentos externos. O resultado efetivo dessa política já se refletiu numa queda de 50% nos investimentos diretos entre 2019 e 2020, em meio também aos efeitos da pandemia.

Então, em meados de janeiro, como que caindo na realidade, os mercados financeiros corrigiram parte dos excessos: o Ibovespa recuou para 115 mil pontos ao final do mês e o câmbio passou a operar nas proximidades de R\$ 5,50 por dólar.

A **inflação** ainda mostra sinais de persistência acima do esperado, o que deve levar o Banco Central a antecipar a alta da taxa Selic, o que, por sua vez, terá, mais do que nunca, duras implicações fiscais.

Com o encurtamento dos prazos dos títulos em 2020, e com uma parcela maior da dívida indexada à Selic (quase 35% do total), o contágio da política monetária sobre a política fiscal será maior do que já foi no passado. Elevações na Selic vão levar a aumento de déficit nominal, que será tanto maior quanto menor for a capacidade do governo de diminuir o déficit primário.

A Tendências projeta déficit primário de 2,1% do **PIB** e déficit nominal próximo de 5% do **PIB** neste ano. Mas a projeção tem viés de piora em razão dos crescentes riscos mencionados, principalmente relacionados à insolvência fiscal.

No cenário pessimista da Tendências, em que o populismo econômico impera, com a flexibilização do

teto dos gastos para acomodar despesas com transferência social e ampliação dos investimentos públicos, entraríamos claramente numa rota de insustentabilidade fiscal, em que a dívida bruta crescería todos os anos no horizonte de uma década.

É fato que, com o resultado favorável ao Planalto das eleições na Câmara e no Senado, abre-se uma janela de oportunidade para encaminhamento da agenda econômica. Se não aproveitarmos essa janela e trilharmos o caminho da irresponsabilidade fiscal, o novo presidente a partir de 2023, seja quem for, terá um trabalho hercúleo e politicamente ingrato para evitar um desastre fiscal para o País. Avançar na linha da irresponsabilidade levará a um resultado já conhecido: aumento da percepção de risco, maior depreciação cambial, perda de confiança na estabilidade macroeconômica, menor crescimento e aceleração inflacionária. Conta a ser paga por todos, especialmente pelos mais pobres.

Nas atuais condições, pequenos erros na política econômica custarão muito caro

SÓCIO-DIRETOR DA TENDÊNCIAS CONSULTORIA INTEGRADA

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Tormenta nacional e bonança subnacional

## (3)

Nos estertores do ano parlamentar de 2020, a Câmara dos Deputados quase aprovou uma Proposta de Emenda Constitucional (319/17) prevendo aumento de 1% (R\$ 4 bilhões por ano) nos repasses da União às prefeituras via Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em janeiro, secretários de Fazenda de 18 Estados pediram ao Congresso que seja prorrogado, entre outros subsídios, o socorro federal a Estados e municípios.

Em tese, tais propostas apelam ao senso de solidariedade dos parlamentares e da opinião pública em face da covid-19. Na prática, elas revelam justamente o contrário: a insensibilidade com as mazelas fiscais e sociais agravadas pela pandemia.

Segundo o Tesouro Nacional e o Banco Central, em 2020, enquanto as contas públicas federais fecharam com um rombo de R\$ 745,3 bilhões e uma dívida que se aproxima de 100% do PIB, Estados e municípios fecharam com quase o dobro de dinheiro em caixa em relação a 2019: de R\$ 42,7 bilhões para R\$ 82,8 bilhões.

A União repassou aos entes subnacionais um total de R\$ 60 bilhões em caráter emergencial - tendo por contrapartida o congelamento nos reajustes salariais do funcionalismo até 2021.

Foi o segundo maior gasto federal, atrás apenas dos R\$ 239 bilhões do auxílio emergencial.

Estados e municípios também foram contemplados com a suspensão do pagamento de dívidas com a União, no valor de R\$ 65 bilhões. Além disso, a arrecadação caiu menos do que se esperava, e em alguns casos cresceu, chegando a até dois dígitos percentuais. Tudo somado, governadores e prefeitos têm a maior disponibilidade de caixa em 19 anos.

Em poucas palavras, o grande problema dos entes subnacionais não é como conseguir mais dinheiro para cobrir os déficits de caixa causados pela pandemia, mas, ao contrário, como administrar responsabilmente o superávit gerado em razão dela.

O Tesouro Nacional tem alertado para a deterioração crônica das contas subnacionais, especialmente por causa das despesas com o funcionalismo. Em 2019, nove Estados romperam os limites da Lei de

Responsabilidade Fiscal. Apesar disso, a maioria segue procrastinando suas reformas previdenciárias e administrativas.

No caso dos municípios, por exemplo, um aumento permanente de repasses, como o proposto para o FPM, pode servir de pretexto para projetar aumentos na remuneração de servidores, que em nada foram afetados pela pandemia.

Enquanto os entes subnacionais não implementam suas reformas, o mais prudente seria preservar a "gordura" resultante do socorro federal para cobrir passivos previdenciários e aumentos nos gastos fixos, além de eventuais reveses da pandemia. Até porque algumas despesas devem crescer. Com a aprovação do novo Fundeb, o piso salarial dos professores pode subir até 30%. No caso dos servidores ativos, o aumento será coberto pelo próprio Fundeb, mas no caso dos inativos a conta sobrar para Estados e municípios.

Outro uso que não se pode descartar seria justamente o resgate de parte desse excedente para compor a nova rodada do auxílio emergencial federal, que se mostra cada vez mais inevitável. "Os entes subnacionais poderiam devolver parte dessa transferência a maior participando do financiamento do pagamento do auxílio. Isso garantiria pelo menos R\$ 10 bilhões", defendeu o economista Marcos Mendes, em artigo no Brazil Journal.

A transformação do excedente de caixa em auxílio social, além de cumprir a função humanitária de socorrer as camadas desprovidas da população, também seria revertida em receita para os entes federados.

Como se sabe, o auxílio emergencial foi em grande parte responsável pela arrecadação acima das expectativas do ICMS, para os Estados, e do ISS, para os municípios.

Fato é que os entes subnacionais precisam urgentemente arrumar suas próprias contas e olhar para o todo. As pressões fiscais sobre a União, além de inviabilizarem programas de assistência emergencial, podem deteriorar as condições de crédito, impactando todos os entes federados.

A melhor resposta à generosidade da União em 2020 é a responsabilidade de Estados e municípios em 2021.

Estados e municípios precisam urgentemente arrumar suas contas e olhar para o todo

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Novo auxílio deve ter quatro parcelas de R\$ 250; contrapartidas virão em 2 PECs

**Adriana Fernandes / BRASÍLIA**

Governo e lideranças do Congresso avançaram nas negociações para a concessão de mais uma etapa do auxílio emergencial com valor de R\$ 250 em quatro parcelas, com custo total de cerca de R\$ 30 bilhões. O benefício deve começar a ser concedido em março com término em junho.

Já há entendimento político de que a concessão do auxílio terá de ser dada por meio da aprovação de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de orçamento de guerra, semelhante, mas não igual à aprovada em 2020. Na prática, o orçamento de guerra permitiu que o governo ampliasse os gastos no combate à pandemia livre das "amarras" das regras fiscais.

Agora, as medidas de contrapartidas de corte de despesas e de renúncias fiscais, cobradas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, serão divididas em duas etapas.

A "PEC de guerra", que se espera esteja aprovada até a primeira semana de março, conterá uma versão mais compacta de medidas fiscais com base em um texto que já está no Senado, o do pacto federativo, que tem como relator o senador Márcio Bittar (MDB-AC).

Essa PEC terá a cláusula de calamidade e permitirá que os gastos para o pagamento do auxílio não sejam incluídos no espaço no teto de gastos, a regra que impede o crescimento das despesas acima da **inflação**, nem no Orçamento de 2021.

A segunda PEC conterá a outra parte das medidas mais duras de corte de despesas, com o objetivo de sustentar a sobrevivência do teto de gastos até 2026. As lideranças buscam fechar um compromisso para que essa segunda PEC fiscal esteja aprovada até junho, quando terminará o pagamento do auxílio.

A ideia é consolidar o que os líderes do governo têm chamado de "fortalecimento das âncoras fiscal e monetária", com a garantia da sobrevivência do teto de gastos e aprovação da autonomia formal do BC.

A expectativa é de que até o fim da próxima semana a divisão das medidas entre as duas PECs esteja

concluída. Segundo fontes envolvidas nas negociações, esta semana de discussões entre Guedes e lideranças do Congresso termina com o consenso de que o instrumento legal para o pagamento do auxílio emergencial é via "PEC de guerra". Pareceres da área jurídica do Ministério da Economia e da Advocacia-Geral da União (AGU) apontaram essa necessidade. Consultoria do Senado também deverá apresentar parecer nessa direção.

Nessa primeira PEC, será retomado o estado de calamidade com as medidas de ajuste. Detalhes técnicos do que será aproveitado da PEC que deu origem ao orçamento de guerra ainda estão sendo discutidos entre o governo e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

O mundo político queria o valor do auxílio em R\$ 300 em seis parcelas, enquanto o ministro Guedes de R\$ 200 em três parcelas.

O meio termo deve prevalecer, segundo apurou a reportagem.

Ou seja, devem ser pagas quatro parcelas de R\$ 250. O presidente Jair Bolsonaro em discurso ontem deu o tom da estratégia ao falar que "não basta apenas conceder mais uma período de auxílio, mas é preciso ter responsabilidade fiscal".

Bolsonaro disse que uma nova rodada do auxílio emergencial deve ser paga a partir de março e por um período de até quatro meses. A leitura na área econômica é de que as medidas fiscais serão aprovadas na primeira e na segunda PEC.

Bolsa Família. Está descartado o movimento inicialmente de ampliação agora do Bolsa Família, que ficará para o segundo semestre depois do fim do auxílio.

Até o fim da semana que vem, também deverão estar fechados os parâmetros do público-alvo do novo auxílio.

A ideia é pagar para todas as famílias que são elegíveis ao Bolsa Família (cerca de 19 milhões) mais 11 milhões de informais que, se calcula, estão ainda enfrentando dificuldade por conta da pandemia. A

dificuldade maior é identificar quem de fato nesse grupo precisa do auxílio agora. Vários recortes de público estão sendo feitos com base nos dados do Cadastro Único e nos pagamentos que foram feitos no auxílio anterior.

Com a PEC aprovada, o pagamento do auxílio será feito por meio de contratação de dívida, sem que as despesas passem pelo Orçamento de 2021.

I Custo do socorro

R\$ 30 bi é o valor total do pagamento do novo auxílio emergencial que deve ter 4 parcelas de R\$ 250 e começa a ser pago em março

4 PERGUNTAS PARA

Élida Graziane, procuradora do Ministério Público de Contas de SP

1.O governo corre o risco de cometer uma infração com nova rodada de auxílio por meio de crédito extraordinário?

Sim, porque a necessidade de continuidade do pagamento do auxílio já era previsível desde o envio do projeto de lei do Orçamento, em agosto do ano passado. Eu me lembro do próprio relator, senador Márcio Bittar, debatendo com a sociedade alternativas de como inserir a continuidade do auxílio em 2021, mediante, por exemplo, o atraso de pagamento de precatórios (pagamentos de decisões judiciais).

O governo já sabia da necessidade.

Não é imprevisível.

2.Se houver uma infração, qual seria a punição?

Essa despesa irregular tanto pode ser punida no âmbito da apreciação das contas do governo no Tribunal de Contas da União e pode ter investigação em relação a um eventual crime de responsabilidade pelo descumprimento das regras orçamentárias. E, sobretudo, usurpar a atribuição do Poder Legislativo, porque deveria submeter esse debate no projeto de Orçamento.

3.Como a sra. vê a proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes, de uma nova "PEC de guerra"?

Uma nova emenda à Constituição dá mais proteção jurídica, com certeza, para o cenário. E de alguma forma uma emenda de orçamento de guerra traria a necessidade de afastar a incidência, ainda que muito delimitada, da própria emenda do teto.

A emenda do orçamento de guerra em 2020 não chegou a afastar o teto porque, naquela ocasião, era imprevisível e poderia abrir crédito extraordinário.

Uma nova emenda bem análoga à do ano passado é cabível e até mais segura e prudente, fazendo aí uma exceção parecida com a que já houve para a repartição dos recursos do pré-sal.

4.Essa exceção na emenda do teto é necessária?

Sim. É mais prudente e, inclusive, mais transparente no diálogo com o Congresso.

Uma medida provisória de crédito extraordinário é mais temerária. Uma nova PEC traria mais segurança, mas já como uma exceção ao teto.

Crédito extraordinário em 2021 não pode porque deixou de ser imprevisível.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Deputados articulam restrições à criação de normas eleitorais pelo TSE

**Bruno Góes**

Plenário da Câmara dos Deputados Foto: Maryanna Oliveira/Câmara dos Deputados.

BRASÍLIA - Com o aval do novo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a Câmara dos Deputados formalizou ontem a criação de um grupo para elaborar uma nova **reforma política**. Um dos pontos que devem ser debatidos é a criação de um "código de processo eleitoral" para impedir o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de criar normas sem a previsão do Congresso.

Para parlamentares, o TSE acaba "legislando" quando cria, por exemplo, regras sobre cotas de gênero, racial e sobre divisão de recursos do fundo eleitoral. Esses pontos foram alvo de reclamação dos partidos na eleição municipal do ano passado. As siglas afirmaram que tinha dificuldade de cumprir os critérios estabelecidos pelo tribunal por terem sido definidos às vésperas da campanha.

- Vamos debater as regras eleitorais. A questão da validade das resoluções do TSE. Vamos ver quais são os limites da atuação do tribunal. Muitas vezes o TSE tem usurpado competências do Poder Legislativo. O TSE tem legislado por resolução - disse o líder do DEM, Efraim Filho (PB).

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) demonstra a mesma preocupação:

- O Código Eleitoral brasileiro é bastante antigo. Vejo com naturalidade essa discussão. Surgiu a ideia de ter um Código de Processo Eleitoral para que os procedimentos sejam previstos, para darmos estabilidade à lei eleitoral. Há julgados diferentes em diversas regiões do país. Depois do carnaval vamos debater o plano de trabalho. O esforço é para ter a proposta apreciada até o fim do semestre .

Em outra frente, a ideia é se debruçar sobre o chamado "distritão". Nesse modelo, estados e municípios são divididos em distritos eleitorais. Para a escolha de deputados federais, estaduais, distritais e vereadores, os mais votados de cada região serão eleitos. Não é levado em conta os votos para partidos. A eleição deixaria de ser proporcional e se tornaria majoritária.

Além de Efraim Filho e Orlando Silva, os trabalhos serão tocados pelos deputados Margarete Coelho (PP-PI), Celina Leão (PP-DF), Soraya Santos (PL-RJ) e Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR). Na próxima semana, o grupo vai traçar um plano para recolher sugestões de especialistas e debater as alterações na legislação. Assim que o trabalho for concluído, uma comissão deve ser formada para debater o projeto.

Temas como alteração do financiamento público de campanha e modificação da cláusula de barreira, a princípio, não estão no foco, segundo deputados ouvidos pelo GLOBO.

Ceticismo

De acordo com aliados de Lira, durante a campanha para a presidência da Casa, ele foi cobrado para que o Congresso elabore uma nova **reforma política**. Deputados, vereadores e prefeitos mencionaram o tema em muitas de suas viagens pelo país.

Muito parlamentares, no entanto, veem a ideia com ceticismo. O líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), por exemplo, diz que ainda não há sequer previsão para a criação de uma comissão:

- Na verdade a discussão é muito embrionária. Foi tratada ainda de forma superficial. A gente não pode antecipar a discussão, é um pouco cedo. Primeiro tem que saber se a comissão realmente vai acontecer. (**Reforma política**) ninguém sabe como acaba .

Já o líder do PL, Wellington Roberto (PB), diz que a agenda econômica é mais importante. Ele destaca que, de dois em dois anos, sempre se discute se haverá ou não revisão da cláusula de barreira, por pressão eleitoral.

- Temos muitas prioridades antes disso - afirmou Wellington Roberto.

Em 2017, o Congresso aprovou a mais importante **reforma política** desde o governo Fernando Henrique Cardoso. A lei estabeleceu uma cláusula de barreira, com patamares de votação gradativos para o acesso de partidos pequenos a recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda na TV. Ao longo do tempo, a consequência esperada é a redução no número de

partidos.

Em 2019, após tentativa de um entendimento político, fracassou o plano do então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de votar uma nova reforma. Ele defendia o voto distrital misto, que preserva em parte o sistema proporcional, mas estabelece também o desenho de distritos. Não houve sequer consenso para a instalação de uma comissão para debater o assunto.

No mesmo ano, após decisão do Congresso, o presidente Jair Bolsonaro sancionou, com vetos, a reforma partidária, que flexibilizou regras para partidos. O presidente chancelou uma prática que hoje é considerada caixa dois: o pagamento de advogados e contadores por terceiros, sem passar pelo caixa oficial das campanhas.

**Site:** <https://oglobo.globo.com/brasil/deputados-articulam-restricoes-criacao-de-normas-eleitorais-pelo-tse-24880039>